

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90016/2026

PROTOCOLO N.º 26.0.000000462-5

1. PREÂMBULO

1.1. A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, inscrita no CNPJ sob n.º 13.950.733/0001-39, sediada à Rua Mateus Leme, n.º 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, representada por seu Defensor Público-Geral, que assina o presente edital, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Resolução DPG n.º 375/2023 e da legislação correlata, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob n.º 90016/2026, tendo por objeto a formação de **REGISTRO DE PREÇOS** para a eventual **contratação de empresa prestadora de serviços de condução de veículos (Motorista) devidamente habilitados e uniformizados, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Paraná**, de acordo com as condições constantes do presente edital e seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

LOCAL DA SESSÃO	https://www.gov.br/compras/ UASG: 929443 – Pregão Eletrônico n.º 90016/2026
ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	Início: A partir da disponibilização do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP Fim: Horário de abertura da sessão
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	29/05/2026, às 14:00 horas (horário de Brasília – DF)

1.2. A Pregoeira deste certame é a servidora Larissa Alas Mayer, designada pela Portaria DPG n.º 90/2025.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão é a formação de registro de preços para a eventual contratação de empresa prestadora de serviços de condução de veículos (Motorista) devidamente habilitados e uniformizados, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Paraná, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, n.º 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90016/2026 – SEI n.º 26.0.000000462-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

3. DO VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor máximo global deste certame está fixado em R\$ 3.343.329,60 (Três milhões, trezentos e quarenta e três mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta centavos), conforme tabela(s) contida(s) no Anexo I.

3.2. Considerando o disposto no art. 39 da Resolução DPG nº 375/2023, a indicação dos recursos orçamentários referentes ao pagamento do objeto desta licitação ocorrerá antes da formalização do termo de contrato ou do instrumento equivalente.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, até as 17:00 horas do terceiro dia útil anterior à data de abertura do certame.

4.2. As impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser formuladas por escrito e encaminhados ao endereço eletrônico licitacoes@defensoria.pr.def.br, com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa e seu telefone.

4.3. As impugnações e esclarecimentos serão respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e as respostas integrarão o edital e estarão disponíveis nos sites <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Licitacoes> e <https://www.gov.br/compras/>.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação das interessadas na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, em tempo hábil para participação neste certame.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

5.4. A licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame as interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

6.1.1. O certame será de PARTICIPAÇÃO GERAL.

6.2. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de interessadas:

- a) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;
- b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- c) que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.2.1. O impedimento de que tratam as letras “a” e “b” do item acima será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

6.3. Para a participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

6.4. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que assim se identificarem no campo apropriado do sistema, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1. A obtenção dos benefícios a que se refere o item acima, quando aplicáveis ao respectivo item/grupo, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.5. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 108, 110, 111 e 112, da Instrução Normativa - RFB nº 2110, de 17/10/2022, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, consoante o que dispõem o arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

7. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS

7.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital, sendo vedada, nos termos do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021, a possibilidade de ofertar quantidades inferiores aos totais previstos para cada item.

7.1.1. A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.1.2. A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no edital para abertura das propostas e, após este prazo, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

7.2. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

7.2.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 7.2, devendo apresentar proposta de com a carga tributária completa.

7.3. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário e total do item;

b) descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do edital que contenha as suas especificações;

c) marca, fabricante e modelo/versão, exceto quando se tratar de serviço.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e a contratada.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

7.5.1. A precificação dos postos de trabalho deverá levar em consideração as orientações do Apêndice II do Termo de Referência (Anexo I), especialmente quanto aos valores mínimos de salário base e auxílio alimentação, não sendo admitidas propostas que utilizem valores inferiores aos parâmetros mínimos estabelecidos.

7.6. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação

7.8. As propostas das licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital, conforme artigo 27, XXI, da Constituição do Estado do Paraná.

7.9. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV, do art. 1º, e no inc. III, do art. 5º, da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11.1. No item ou grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item ou grupo;

7.11.2. Nos itens ou grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.12. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.9 ou 7.11 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

7.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta, obedecendo às regras estabelecidas pelo próprio sistema.

7.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante, com preço inexequível ou que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90016/2026 – SEI n.º 26.0.000000462-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A classificação da proposta nesta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.2. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL DO GRUPO (vide aviso constante no item 1.3 do Termo de Referência - Anexo I)

9.2.1. O VALOR DA DIÁRIA E INDENIZAÇÃO POR HORA EXTRAORDINÁRIA (ITENS 2 E 3) NÃO SERÁ OBJETO DE DISPUTA, DEVENDO APENAS CONSTAR NA PROPOSTA PARA FINS DE CÁLCULO DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO. O VALOR DAS DIÁRIAS SERÁ INDENIZADO À CONTRATADA, EM VIRTUDE DE SUA NATUREZA INDENIZATÓRIA FIXA (RES. DPG 358/2025). O VALOR DA HORA EXTRAORDINÁRIA SERÁ PAGO À CONTRATADA, POR SE TRATAR DE VERBA TRABALHISTA DE NATUREZA SALARIAL.

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

9.5. O intervalo mínimo entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de 1.000,00 (mil reais).

9.6. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.7. O modo de disputa adotado para a presente licitação será o ABERTO.

9.7.1. A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

9.7.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários

9.7.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.7.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá ser reiniciada a disputa aberta para a definição das demais colocações, sendo as licitantes convocadas para apresentarem lances intermediários.

9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado por primeiro.

9.9. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

9.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.11. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.12. Em relação a itens ou grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial junto à Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.12.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

9.12.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.12.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta

9.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.13.1. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate obedecerá a ordem prevista no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13.2. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto quando aplicáveis ao respectivo item ou grupo, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à arrematante para negociar condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

10.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor condição.

10.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

10.5. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

11. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

11.1. A arrematante deverá enviar, por meio de campo próprio do sistema, até as 12h00 (doze horas) do dia útil seguinte ao da abertura da sessão, sua proposta de preço adequada ao último lance ofertado e à negociação realizada, devidamente assinada e contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo do Anexo II.

11.1.1. Na hipótese de a proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato.

11.1.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacoes@defensoria.pr.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no *chat* a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.1.3. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela arrematante antes de findo o prazo originalmente concedido.

11.1.4. Na recomposição final, os valores que compõem a proposta não poderão ultrapassar os valores máximos unitários, totais e globais que estão fixados neste edital, **bem como não poderá ser majorado o valor total da proposta inicial.**

11.1.5. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

11.2. No mesmo prazo previsto acima, a arrematante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:

a) Documentação de habilitação, prevista no Capítulo 13 do edital, que porventura não esteja disponível no SICAF, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) ou encontre-se vencida;

b) Caso se trate de aquisição de bens, documentos (catálogos/fôlderes) que comprovem que a marca e o modelo do produto ofertado cumprem as especificações do Termo de Referência (Anexo I);

c) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE atualizado, caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não seja optante do regime de tributação Simples Nacional.

d) Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo V);

e) Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta (Acórdão 1207/2024 – Plenário do Tribunal de Contas da União);



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

f) Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual a empresa declara ser enquadrada, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial. (Acórdão 1207/2024 – Plenário do Tribunal de Contas da União).

11.3. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta nos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio

(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

f) Cadastros de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná

(<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidades-no-Cumprimento-dos-Contratos>) e

(<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidade-no-Cumprimento-das-Atas>).

11.3.1. Será consultada também a situação do sócio majoritário no cadastro de que trata o item 11.3, “e”.

11.4. Dentro do prazo fixado no item 11.1, poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de itens da licitação.

11.5. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

a) necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

b) destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

11.6. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de licitação.

12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90016/2026 – SEI n.º 26.0.000000462-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço, observado o disposto no item 9.2.

12.1.1. Na hipótese de discrepância entre os montantes unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os unitários.

12.2. No julgamento o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

12.3. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal da DPE-PR ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar suas decisões, indicando o dispositivo do edital de licitação objeto do questionamento e os documentos ou elementos sobre os quais recai a dúvida.

12.4. Será desclassificada a proposta:

- a) formulada por quem esteja impedida de participar do certame;
- b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes;
- c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- d) com preços superiores aos valores máximos que estão fixados no Anexo II, preços manifestamente inexequíveis ou que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste edital;
- f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas;
- g) que contiver vício insanável;
- h) que tiver sua amostra reprovada, caso ela esteja sendo exigida.

12.5. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que sejam obtidas melhores condições.

12.6. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, nos termos do art. 59 da Lei n.º 14.133/21, bem como para aferir se a proposta está de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

12.7. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que sejam obtidas melhores condições.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de:

- a) habilitação jurídica;**
- b) regularidade fiscal, social e trabalhista;**



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

c) qualificação econômico-financeira;

d) qualificação técnica.

13.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

a) cópia do contrato social ou instrumento equivalente (tais como estatuto social, requerimento de empresário ou certificado da condição de microempreendedor individual - CCMEI) com alterações e consolidação em vigor, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.3. Documentos relativos às habilitações fiscal, social e trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);

b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;

e) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

f) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

h) demonstração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

13.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

a) certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

b) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis na data da abertura da licitação, assinados por Contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS –DISPONIBILIDADE INTERNA –IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que, a memória de cálculo deverá ser apresentada com duas casas decimais, desprezando-se as demais;

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90016/2026 – SEI n.º 26.0.000000462-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

b.1) As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;

b.2) Todos os demonstrativos devem vir acompanhados dos termos de abertura e encerramento do livro diário, apresentados em cópia autenticada ou acompanhados dos originais para possibilitar a sua autenticação e registrados na Junta Comercial ou em outro órgão equivalente, com assinatura do contabilista responsável devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade com CRC ativo e também a assinatura do titular da empresa.

b.2.1) As empresas que utilizam a escrituração contábil digital poderão apresentar: balanço patrimonial e demonstração de resultado dos dois últimos exercícios sociais exigíveis, acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED) e recibos de entrega de livro digital na Receita Federal.

c) A comprovação de boa situação financeira da empresa, a que se refere a alínea "b", será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e de Solvência Geral (SG), maiores ou iguais a 1,0 (> ou = 1,0), resultante da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

c.1) As licitantes que apresentarem resultado inferior a 1,00 (um) em qualquer dos índices, quando da habilitação, deverão comprovar Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação, na forma do § 4º do Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) Os índices previstos nos itens "c" e "c.1" serão computadas com base nas demonstrações contábeis do último exercício social.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90016/2026 – SEI n.º 26.0.000000462-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

d.1) A ocorrência de algum equívoco na elaboração dos cálculos dos itens "c" e "c.1", tendo a licitante fornecido dados que possibilitem a devida correção, não será motivo de inabilitação.

13.5. Documentos relativos à qualificação técnica:

13.6. A licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da presente contratação, consistentes na prestação de serviços de motorista de veículos leves, utilitários e/ou Van Adaptada (Unidade Móvel).

13.6.1. Os atestados deverão demonstrar a execução de, no mínimo, 6 (seis) postos de trabalho, admitindo-se o somatório de atestados.

13.6.2. Adicionalmente, os atestados deverão comprovar a execução dos serviços por período mínimo de 12 (doze) meses.

13.7. Para os atestados que abrangem serviços em andamento, serão computados somente os períodos compreendidos entre a data de início de sua execução e a data de emissão do documento.

13.8. A habilitação da arrematante será verificada por consulta ao SICAF ou CAUFPR, bem como à documentação complementar que comprove o cumprimento dos requisitos previstos neste capítulo, a ser anexada ao sistema www.gov.br/compras, nos termos deste edital.

13.8.1. A licitante deverá confirmar se todos os documentos solicitados neste edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema SICAF ou CAUFPR, caso contrário deverá providenciar a sua juntada.

13.9. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

14.1. Sob pena de inabilitação, os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no sistema www.gov.br/compras para a participação do certame.

14.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

14.1.2. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou grupo respectivo, quando



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.2.1. Na hipótese do item 14.2 será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.2.2. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e, quando omissa, será aceita por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o Pregoeiro a declarará vencedora e encaminhará o certame à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.5. Após a declaração do vencedor, as demais classificadas poderão se manifestar, através de mensagem no sistema ou de e-mail para licitacoes@defensoria.pr.def.br, no prazo de 24 horas, sobre o eventual interesse em figurar no cadastro de reserva, com preços iguais aos da licitante vencedora.

14.5.1. Havendo interesse em participação no cadastro de reserva, o Pregoeiro deverá realizar nova classificação das propostas, respeitada a sequência de classificação anterior.

14.5.2. A licitante que não aceitar participar do cadastro de reserva perderá sua posição na classificação dos lances para as que aceitarem, sendo reinserida na ordem de classificação de acordo com o valor de sua proposta final.

14.5.3. Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

14.5.4. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da habilitação, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia.

14.6. Caso esteja sendo exigido atestado de capacidade técnica, ele poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.6.1. A arrematante poderá disponibilizar todas as informações que entender necessárias à comprovação da legitimidade do atestado, tais como contratos, notas



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

de empenho, notas fiscais etc.

14.6.2. A ausência de algum dos requisitos do atestado ou dúvidas com relação ao seu conteúdo não o invalidarão se a informação puder ser obtida por diligência ou por meio de outros documentos.

15. DA AMOSTRA

15.1. Não será exigida a apresentação de amostra na presente licitação.

16. DOS RECURSOS

16.1. Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

16.1.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.1.2. Uma vez aceita a intenção de recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

16.1.3. Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço licitacoes@defensoria.pr.def.br.

16.1.4. As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do sistema www.gov.br/compras.

16.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.3. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.5. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Após homologado o resultado deste Pregão, a DPE-PR convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços (ARP), eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, ou presencialmente, informando o local, data e hora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90016/2026 – SEI n.º 26.0.000000462-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

17.1.1. O prazo de convocação de que trata o item 17.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 17.1

17.1.3. A DPE-PR também poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 17.1.

17.2. A Ata registrará os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes será incluído em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame.

17.3. Os registros far-se-ão da seguinte forma:

a) Na ARP os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva;

b) No anexo da ARP, o cadastro de reserva com os preços e quantitativos das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação em valor igual ao da licitante mais bem classificada, estabelecendo inclusive a ordem de classificação.

17.3.1. Se houver mais de uma licitante na situação do item 17.3, “b”, serão registradas segundo a ordem de classificação observada na fase competitiva.

17.4. No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

17.4.1. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

17.5. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.5.1. A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

17.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

17.7. Não será permitida a adesão à ata de registro de preços mantida pela DPE-PR.

17.8. As condições para a alteração de preços registrados, inclusive atualização periódica, e as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços estão previstas na Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo IV).

17.9. A prorrogação da vigência da ata de registro de preços implicará na renovação do quantitativo inicialmente registrado.

18. DA CONTRATAÇÃO

18.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, será firmado Termo de Contrato.

18.2. A DPE-PR convocará a licitante vencedora para a assinatura do Termo de Contrato, eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, ou presencialmente, informando o local, data e hora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

18.2.1. O prazo de convocação de que trata o item 18.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

18.2.2. Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 18.2.

18.2.3. A DPE-PR também poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 18.2.

18.3. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

18.4. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando injustificadamente recusar-se ao aceite, observar-se-á o procedimento previsto no item 17.4, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e demais cominações legais.

19. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

19.1. As condições de execução, fiscalização, gestão, recebimento do objeto e pagamento estão previstas no Termo de Referência (Anexo I).

19.2. É vedado participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

20. DA LEI ANTICORRUPÇÃO

20.1. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

21. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. A disciplina acerca das sanções administrativas encontra-se prevista no Termo de Referência (Anexo I).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A licitante ou o interessado em participar da presente licitação consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais para finalidade específica, conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a Lei nº 12.527/2011 e o princípio constitucional da publicidade.

22.2. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

22.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as demais regras previstas no artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

22.5. É facultado ao agente de contratação, Pregoeiro, comissão de contratação e/ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação.

a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a juntada de novos documentos quando necessários para complementar informações acerca daqueles já apresentados pela licitante e que se



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

refiram a fato pré-existente à abertura do certame, bem como aqueles destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

b) adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou da proposta, ou complementar a instrução do processo, desde que não seja alterada a substância da proposta;

c) convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

d) solicitar os documentos apresentados de forma eletrônica em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo estabelecido.

22.6. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

22.7. O licitante é o único responsável nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021.

22.8. O licitante é o único responsável pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

22.9. O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

22.10. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

22.11. O presente edital e todos os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição mencionado em um documento, mesmo que omitido em outro, será considerado especificado e válido para esta licitação.

22.12. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o



DPE **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.14. O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas eventuais questões não resolvidas na esfera administrativa.

22.15. Acompanham o presente edital e dele constituem parte integrante os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

APÊNDICE I - ESTIMATIVA DE POSTOS A CONTRATAR COM DIÁRIAS E HORAS EXTRAORDINÁRIAS E DEMAIS INSUMOS

APÊNDICE II - PRECIFICAÇÃO MÍNIMA PARA SALÁRIO BASE E AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

APÊNDICE III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

ANEXO V - MODELO DE PLANILHA CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

Curitiba, data da assinatura digital.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

SEI 26.0.000000462-5

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Definição do objeto.

- 1.1.1. A presente licitação consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de condução de veículos - Motorista - devidamente habilitados e uniformizados, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.1.2. O posto de trabalho dos motoristas será fixado nas sedes indicadas pela DPE/PR — atualmente Sede Administrativa, Sede Núcleos e Almoxarifado de Colombo — podendo haver alteração de endereço físico ou redefinição da base operacional em razão de mudança de prédio, reorganização administrativa ou necessidade do serviço, sem que isso caracterize alteração do objeto contratual.

1.2. Justificativa para a contratação.

- 1.2.1. A contratação de serviços de motoristas se justifica pela necessidade de otimizar o uso de veículos institucionais visando atender às demandas de transporte de pessoas dentro do território do Estado do Paraná.
- 1.2.2. Descrição da situação atual.
- 1.2.2.1. A Defensoria Pública do Estado do Paraná possui demanda contínua por motoristas qualificados para atender rotinas administrativas, deslocamentos institucionais, agendas externas e necessidades eventuais, inclusive em horários diferenciados.
- 1.2.2.2. Salienta-se que a empresa atualmente contratada já sinalizou que não irá renovar o contrato, o que reforça a necessidade de uma nova contratação alinhada às diretrizes internas atualizadas e capaz de garantir continuidade, disponibilidade e qualidade na prestação do serviço.
- 1.2.2.3. Há contrato anterior diretamente correlato a ser substituído por esta contratação, o contrato 047/2025.
- 1.2.2.4. Justificativa para as quantidades a serem contratadas.

-
- 1.2.2.4.1. As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base no levantamento das necessidades institucionais realizado pela Diretoria de Operações (DOP), considerando:
- 1.2.2.4.2. A demanda regular por transporte entre sedes da DPE/PR, conforme cronograma das atividades institucionais;
- 1.2.2.4.3. A necessidade de garantir um nível adequado de mão de obra permanente para execução dos serviços contínuos de transporte;
- 1.2.2.5. Justificativa para o não parcelamento da contratação:
- 1.2.2.5.1. Conforme art. 7º, VIII do Anexo III da Resolução DPG nº 375/2023, em análise acerca do presente estudo para contratação, opta-se pelo não parcelamento da solução. A prestação do serviço de motoristas possui natureza contínua, exige coordenação centralizada de escalas, padronização de procedimentos, uniformidade de requisitos de qualificação e tratamento homogêneo quanto à aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho.
- 1.2.2.5.2. Além disso, a execução integrada promove maior estabilidade na prestação do serviço e agiliza a resposta a demandas imprevistas nas sedes.
- 1.2.2.5.3. Dessa forma, a contratação em lote único é a solução sugerida para o presente objeto.
- 1.2.2.6. Resultados esperados com a contratação:
- 1.2.2.6.1. Continuidade do serviço: atendimento diário e estável às demandas de transporte, evitando interrupções e falhas operacionais.
- 1.2.2.6.2. Atendimento a demandas variáveis: capacidade de responder a necessidades em horários diferenciados, eventos e deslocamentos emergenciais.
- 1.2.2.6.3. Melhor uso dos recursos públicos: execução integrada que evita fragmentação do serviço e favorece planejamento de rotas e compartilhamento de viagens.
- 1.3. O objeto da presente contratação se resume da seguinte forma:**

Aviso: No sistema Compras.gov.br, o grupo 1 consta como item 1 (com quantidade 1). Dessa forma, o valor total do grupo - discriminado no fim da tabela abaixo - consta como valor unitário no sistema. Após a fase de lances, o arrematante deverá encaminhar sua proposta recomposta com o detalhamento dos valores unitários e quantidades, respeitando os valores unitários máximos previsto na tabela abaixo e a precificação mínima para salário base e auxílio alimentação, conforme Apêndice II deste Termo de Referência.

LOTE ÚNICO										
Item	SERVIÇO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	Turno	Carga horária semanal (H)	Quantidade mínima de empregados	Quantidade máxima de empregados	Valor Unitário Máximo Mensal	Valor Total Máximo Mensal	Valor Total Máximo Anual
1	Motorista de veículos leves CNH B CBO 7823-05	15008	Posto de Trabalho	Diurno	44	13	20	R\$ 10.423,04	R\$ 208.460,80	R\$ 2.501.529,60
	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	-	-	Quantidade Anual Estimada	-	Valor Unitário	-	Valor Total (anual)
2	Diárias estimadas (hospedagem e alimentação)	21849	Diária	-	-	1500		R\$ 320,00	-	R\$ 480.000,00
3	Remuneração de hora extraordinária para motorista - 120% acrescido sobre a hora trabalhada	15008	Horas extraordinárias	-	-	4.000		R\$ 90,45	-	R\$ 361.800,00
VALOR MÁXIMO DO GRUPO PARA 12 (DOZE) MESES										R\$ 3.343.329,60

***O valor da diária e indenização por hora extraordinária (itens 2 e 3) não será objeto de disputa, devendo apenas constar na proposta para fins de cálculo do valor global do contrato. O valor das diárias será indenizado à CONTRATADA, em virtude de sua natureza indenizatória fixa (Res. DPG 358/2025). O valor da hora extraordinária será pago à CONTRATADA, por se tratar de verba trabalhista de natureza salarial.**



1.4.DA PROPOSTA

- 1.4.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital, não sendo permitido ofertar ou cotar quantidades inferiores aos totais previstos para cada item, afastando-se a previsão contida no artigo 82, incisos II e IV da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 1.4.2. A estimativa de quantidades e custos tem como meta balizar os orçamentos futuros na etapa licitatória.
- 1.4.3. O valor máximo apresentado será uma estimativa máxima anual de gastos, não havendo obrigação por parte da DPE/PR de execução de serviços no valor total informado, pois os mesmos serão executados à medida que surgirem as necessidades da Instituição.
- 1.4.4. Deverá ser previsto o fornecimento pela contratada de uniformes, crachás de identificação e celulares com plano de telefonia móvel para a execução dos serviços conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento.
- 1.4.5. **Os valores das diárias e horas extraordinárias (itens 2 e 3) não serão objeto de disputa pelos licitantes. Dessa forma, os licitantes deverão considerar os valores totais de R\$ 480.000,00 para as diárias (tabela item 2.17) e de R\$ 361.800,00 para horas extraordinárias (tabela item 2.19) e incluí-los no valor total da sua proposta de preços.**
- 1.4.6. Para apresentação da proposta, a empresa não poderá utilizar valores inferiores aos da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria vigente, sob estrita escolha da licitante qual CCT será utilizada para formulação da proposta.
- 1.4.7. Nas planilhas de composição e formação de preços, é essencial que os licitantes observem todos os custos do contrato.
- 1.4.8. As empresas licitantes deverão apresentar as Planilhas de Composição de Custos e Formação de Preços com base na Convenção Coletiva de Trabalho vigente, do Estado do Paraná, ou outra norma coletiva mais benéfica, aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a licitante esteja obrigada.
- 1.4.9. Os salários pagos ao profissional deverão ser aqueles apresentados na proposta de preço da empresa vencedora.



- 1.4.10. Todos os custos deverão constar na planilha de formação de preços de forma totalizada.
- 1.4.11. A precificação dos postos de trabalho deverá levar em consideração as orientações do Apêndice II quanto aos valores mínimos de salário base e auxílio alimentação.
- 1.4.12. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderá optar pelo regime de tributação do Simples Nacional, uma vez que os serviços a serem contratados serão executados mediante disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

1.5.ELEMENTOS INSTRUTORES

- 1.5.1. Será disponibilizado pela DPE/PR arquivo digital com o seguinte conteúdo específico:
- 1.5.1.1. **Apêndice I** - Estimativa de postos a contratar com diárias e horas extraordinárias e demais insumos
- 1.5.1.2. **Apêndice II** - Precificação mínima para salário base e auxílio alimentação.
- 1.5.1.3. **Apêndice III** - IMR - Instrumento de Medição de Resultados.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

- 2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter nas dependências da DPE/PR toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços.
- 2.2. A equipe de serviços deverá ser composta por profissionais qualificados e especializados, os quais terão a função de executar os serviços considerados indispensáveis, rotineiros e/ou emergenciais.
- 2.3. Prestação de serviços através de posto de trabalho, tipo presencial com disponibilização de mão de obra, com seus respectivos insumos, acessórios e equipamentos necessários;
- 2.4. Os serviços de condução de veículos serão prestados para atender às demandas ordinárias de transporte institucional, incluindo deslocamentos regulares, participação em eventos oficiais e atividades específicas da Instituição, bem como situações de caráter eventual, excepcional ou emergencial, conforme as necessidades operacionais da Defensoria Pública do Paraná, respeitada a legislação trabalhista vigente.

- 2.5.A empresa contratada deverá prestar os serviços dentro de padrões de excelência, sob os aspectos da organização, eficiência e economicidade, submetendo-se estes à avaliação permanente do Fiscal do Contrato, sem prejuízo do gerenciamento, supervisão e fiscalização que devem ser exercidos também pela própria empresa contratada.
- 2.6. A prestação dos serviços à Defensoria Pública deverá ser realizada por profissionais contratados pela empresa.
- 2.7. Os serviços serão executados exclusivamente no âmbito das atividades objeto desta licitação, não podendo o profissional ser deslocado pela empresa contratada, em hipótese alguma, para exercer função diversa daquela prevista no contrato.
- 2.8.A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Defensoria Pública do Paraná, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta de acordo com a Súmula 331 do TST e leis correlatas.

2.9. DO QUANTITATIVO

Motoristas

- 2.9.1.1. Os quantitativos contratados serão de no mínimo de 13 (treze) postos de motoristas. O quantitativo máximo é de 20 (vinte) postos, em razão do atual período de expansão institucional.
- 2.9.1.2. Do quantitativo inicialmente contratado, 01 posto deverá ser preenchido preferencialmente por motoristas do sexo feminino.
- 2.9.1.2.1. A previsão alinha-se à promoção da igualdade material, incentivando a participação feminina em atividade com baixa representatividade.

Horas Extraordinárias e Diárias

- 2.9.1.3.A estimativa de horas extraordinárias foi elaborada com base na análise dos registros de horas extras efetivamente executadas e atestadas no período recente de execução contratual, compreendido entre maio e dezembro de 2025. A consolidação desses dados permitiu projetar média anual aproximada de 198 horas extras por motorista, quando anualizado o quantitativo apurado.
- 2.9.1.4.Não obstante as medidas estruturais previstas, considerando a ampliação do quantitativo de motoristas e a possibilidade de incremento da demanda operacional,

adota-se, para fins de planejamento orçamentário, a estimativa de 200 (duzentas) horas extras anuais por motorista.

2.9.1.5. Conforme informações repassadas pela Diretoria de Operações (DOP), no período compreendido entre agosto de 2025 e fevereiro de 2026, foram registradas 254 diárias integrais, 124 meias diárias e 25 indenizações isoladas de refeição. A partir da consolidação desses dados e da projeção proporcional para 12 (doze) meses, apurou-se média anual equivalente de 65 diárias por motorista. Considerando a ampliação do quantitativo de motoristas e da frota institucional, bem como a alteração normativa incidente sobre a concessão de diárias, aplicou-se margem técnica de 15%, resultando na estimativa de 75 diárias por motorista ao ano.

2.10. DO LOCAL E DA JORNADA DE TRABALHO

Do local de prestação dos serviços

2.10.1. Os serviços serão executados, em regra, nas três principais sedes da Defensoria Pública do Estado do Paraná, situadas em Curitiba/PR, durante o horário de expediente e de acordo com as necessidades da DPE/PR.

2.10.2. Os locais para a execução dos serviços são:

2.10.2.1. Sede Administrativa: Rua Mateus Leme, 1908 - Centro Cívico - Curitiba - PR.

2.10.2.1.1. A Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), em conformidade com seu Plano de Expansão previsto no Planejamento Estratégico, está em processo de adequação do imóvel situado na Avenida João Gualberto, 717, em Curitiba, Paraná, destinado a sediar a nova Administração Central da Instituição.

2.10.2.2. Sede Núcleos, Corregedoria e EDEPAR: Rua Benjamin Lins, 779 - Batel - Curitiba-PR.

2.10.2.3. Centro de Distribuição e Logística – CDL: Avenida São Gabriel, 433, Barracão 4, Roça Grande, Colombo/PR, CEP 83404-000.

2.10.3. A DPE/PR poderá, em decorrência do processo de ampliação de suas ações institucionais, alterar os endereços dos locais em que o serviço será prestado, mantendo os termos pactuados no contrato.

2.10.4. Não será necessária formalização de Termo Aditivo para registrar mudança de endereço de alguma das sedes da DPE em Curitiba, que poderá ser consignada

mediante ofício simples do responsável pelo acompanhamento dos serviços prestados no bojo do eventual contrato.

- 2.10.5. Os motoristas serão lotados de forma titular em alguma das sedes, sendo que, quando necessário, poderão executar os serviços em qualquer delas.

Da jornada de trabalho

- 2.10.6. A jornada semanal dos motoristas alocados nos postos de trabalho será de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira com intervalo de, no mínimo, 1 (uma) hora, podendo, excepcionalmente, haver prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados.
- 2.10.7. A jornada diária será de 8h48min, podendo ser executada dentro da faixa compreendida entre 06h00 e 21h59, conforme necessidade do serviço, respeitados os limites diários e semanais legais, conforme a escala estabelecida para cada posto.
- 2.10.7.1. Os profissionais que preencherão as escalas de trabalho serão definidos pela CONTRATADA, de acordo com o horário definido pela Diretoria de Operações para o horário de início e fim de cada posto, devendo a jornada respeitar o intervalo mínimo para almoço, nos termos do artigo 71 da CLT c/c todas e quaisquer determinações constantes na Convenção Coletiva de Trabalho vigente.
- 2.10.8. A jornada de trabalho diária, sempre que necessário, poderá ser alterada a fim de atender às eventualidades.
- 2.10.9. A DPE/PR poderá solicitar à contratada ajustes nos horários de prestação dos serviços e a realocação de profissionais entre as sedes, quando necessário para atender às demandas institucionais, cabendo à contratada promover as adequações em suas escalas de trabalho, observada a jornada legal e a legislação trabalhista aplicável, mediante comunicação formal.
- 2.10.10. O tempo de deslocamento da residência do motorista até o local da agenda adicional não será remunerado, salvo se houver previsão diversa na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria vigente à época da prestação do serviço, mediante solicitação de revisão contratual por parte da CONTRATADA.
- 2.10.11. Em caso de necessidade justificada de realização de serviços rotineiros fora do horário especificado, será necessária a autorização prévia da Fiscalização da DPE/PR.

- 2.10.12. O prestador de serviço, em caráter excepcional, poderá ser convocado para atender demandas fora da jornada de trabalho, como aos sábados, domingos, feriados ou além de sua jornada diária.
- 2.10.13. A CONTRATADA, em casos excepcionais, deverá disponibilizar motorista(s) devidamente apto(s) para atender demandas urgentes, emergenciais ou de calamidade pública, assim caracterizadas:
- a) Situações de emergência: situações de risco iminente e concreto, que exigem intervenção imediata para evitar danos irreparáveis ou de difícil reparação à vida, à saúde, à integridade física ou à liberdade da população assistida pela Defensoria Pública ou dos servidores
 - b) Situações de urgência: situações que exigem atendimento célere devido a prazos processuais peremptórios ou cronogramas institucionais inadiáveis, não planejáveis ou imprevisíveis que, se descumpridos, acarretam prejuízo ao direito de defesa, a representação institucional ou dano ao erário.
 - c) Situações de calamidade pública: estado de anormalidade provocado por desastres (naturais ou humanos) que causem danos graves à comunidade e à infraestrutura, exigindo uma resposta institucional extraordinária da Defensoria Pública para prestar assistência às vítimas e garantir a ordem jurídica
- 2.10.13.1. Para o acionamento e atendimento dos casos excepcionais, será observado o prazo de 6 horas úteis, contada entre 05h00 e 21h59, a partir do acionamento da demanda pela Coordenadoria de Logística.
- 2.10.13.2. Entende-se por motorista "apto" aquele que, além de possuir habilitação legal compatível, esteja em perfeitas condições físicas e mentais para a condução, respeitando-se as normas de segurança e o regime de jornada de trabalho.
- 2.10.13.3. O atendimento das situações de emergência, urgência ou calamidade pública deverá ser realizado, preferencialmente, pelos funcionários que já atendem a Defensoria Pública de forma ordinária ou em substituição, respeitando-se a jornada de trabalho já executada no momento do acionamento.
- 2.10.13.3.1. A CONTRATADA poderá atender a demanda com outros motoristas de seu quadro permanente e que não atendem a Defensoria Pública regularmente, desde

que aptos, cabendo os devidos registros junto à fiscalização do contrato, conforme item 10.6 deste Termo de Referência.

2.10.13.3.2. Excepcionalmente para os casos de calamidade pública, a CONTRATADA, caso não disponha de motoristas aptos em seu quadro, poderá atender a demanda mediante a contratação de motoristas não integrantes do seu quadro permanente, doravante chamados de “motoristas autônomos”, desde que:

- a) aptos e atendam, no que couber, aos requisitos da presente contratação, observada a Lei Federal n.º 13.103, de 2 de março de 2015; e
- b) firmem vínculo jurídico junto à CONTRATADA para o atendimento específico da demanda.

2.10.13.3.2.1. O atendimento por motoristas autônomos será admitido somente até que haja a normalização, em prazo não superior a 48 horas, do atendimento por motoristas que façam parte do quadro de funcionários da CONTRATADA.

2.10.13.3.2.2. A CONTRATADA deverá realizar os devidos registros junto à fiscalização do contrato, conforme item 10.6 deste Termo de Referência.

2.10.13.3.2.3. Antes do efetivo início no atendimento da demanda e ao seu final, o motorista autônomo deverá realizar a inspeção do veículo junto a um representante da Coordenadoria de Logística ou motorista do quadro da CONTRATADA.

2.10.13.3.2.4. O motorista autônomo deverá estar visualmente identificado como funcionário da CONTRATADA e deverá ser orientado a se apresentar aos passageiros como motorista temporário, indicando a extensão da prestação do seus serviços.

2.10.13.3.2.5. Na hipótese de atendimento de demandas de calamidade pública por motoristas autônomos, será devido à CONTRATADA, a título de indenização, 1/22 (um, vinte e dois avos) do valor mensal do posto por dia trabalhado, por motorista, aplicando-se, ainda, o regramento previsto para pagamento de diárias, quando couber.

2.10.13.3.2.6. No caso excepcional de contratação de motorista autônomo em que haja a necessidade de viagem oficial, comporá o valor total a ser indenizado à

CONTRATADA a passagem de retorno do motorista, mediante cotação realizada pelo fiscal de contrato, priorizando-se o transporte rodoviário terrestre.

- 2.10.13.4. Em casos de calamidade pública, a CONTRATADA deverá apresentar plano de contingência em até 24 horas, contadas da solicitação da Coordenadoria de Logística, garantindo a continuidade do serviço e a priorização dos deslocamentos destinados ao atendimento das populações afetadas, sob pena de sanções administrativas por inexecução parcial do objeto.
- 2.10.14. Caberá à CONTRATADA celebrar acordo individual escrito com seus empregados ou apresentar acordo coletivo ou convenção coletiva em que haja previsão de compensação por banco de horas.
- 2.10.15. Eventual prestação de serviços no período entre 22h de um dia e 5h da manhã do dia seguinte somente poderá ocorrer em caráter extraordinário, mediante prévia autorização da CONTRATANTE, sendo vedada a compensação dessas horas por banco de horas ou outro regime compensatório para fins desta contratação, nos termos do Item 2.19.17.
- 2.10.16. Há a possibilidade excepcional de pagamento de horas extras mediante autorização da fiscalização, conforme disciplinado no item 2.19 deste Termo de Referência.
- 2.10.17. Permanece sob responsabilidade exclusiva da contratada a gestão da jornada de seus empregados e os ônus decorrentes de eventual descumprimento, incluindo, mas não se limitando, a multas, indenizações ou encargos trabalhistas de qualquer natureza.
- 2.11. **DO CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO**
- 2.11.1. A CONTRATADA deverá realizar o controle da jornada de trabalho, da assiduidade e da pontualidade de seus empregados alocados na execução do contrato, em conformidade com o art. 74 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e com a Portaria MTP nº 671/2021.
- 2.11.2. Considerando a natureza das atividades desempenhadas pelos motoristas, que envolvem deslocamentos frequentes, início e término da jornada em diferentes locais e eventual realização de viagens, o controle de jornada deverá ser realizado por meio de Programa de Registro de Ponto (REP-P), nos termos da Portaria MTP

nº 671/2021, implementado por aplicativo eletrônico em dispositivo móvel, com identificação do empregado e registro de geolocalização (GPS) no momento da marcação do ponto.

2.11.3. O sistema deverá:

- I – registrar individualmente os horários de entrada, saída, intervalos e término da jornada de trabalho;
- II – registrar data, hora e localização (GPS) no momento da marcação do ponto;
- III – garantir a integridade, autenticidade, rastreabilidade e inviolabilidade dos registros de jornada;
- IV – permitir a geração de relatórios eletrônicos de jornada, contendo os horários registrados e eventuais ocorrências relacionadas à jornada de trabalho;
- V – possibilitar a disponibilização dos registros à fiscalização da DPE/PR sempre que solicitado;
- VI – manter os registros armazenados pelo prazo mínimo previsto na legislação trabalhista.

2.11.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar à DPE/PR, sempre que solicitado, relatórios mensais ou em período específico contendo: histórico de presença, horários registrados; intervalos de jornada; eventuais justificativas de ausência ou atraso.

2.11.5. Qualquer problema técnico que comprometa o funcionamento do sistema deverá ser prontamente corrigido pela CONTRATADA, sem ônus para a DPE/PR.

2.11.5.1. Na hipótese de indisponibilidade do sistema eletrônico, a CONTRATADA deverá adotar mecanismo alternativo de registro de jornada, até a regularização do sistema.

2.12. DAS FALTAS, FÉRIAS, SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAIS, FERIADOS E RECESSO FORENSE

Das condições gerais

2.12.1. A empresa deverá prever toda a mão de obra para garantir a manutenção dos postos de trabalho nos regimes contratados, obedecidos a legislação vigente.

2.12.2. Haverá necessidade de reposição de empregados em férias, faltas e outros afastamentos.

- 2.12.3. A contratada deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de seus profissionais.
- 2.12.4. A empresa contratada deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à DPE/PR ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo do empregado por ela designado na execução do contrato.
- 2.12.5. Nos casos de greve de transporte público ou qualquer outra situação imprevisível, que impeça o deslocamento dos motoristas ao local de trabalho, a contratada deverá prestar o suporte aos motoristas, sendo que a solução deverá ser comunicada aos responsáveis pela gestão do contrato da DPE/PR.
- 2.12.6. Das Faltas**
- 2.12.7. Em casos de falta do profissional a empresa contratada deverá efetuar a reposição do motorista ausente em no máximo 02 (duas) horas após a comunicação formal ao representante/preposto da empresa.
- 2.12.8. A substituição do motorista deverá ser suprida pela empresa contratada por profissional que atenda integralmente aos requisitos técnicos exigidos.
- 2.12.9. No caso de posto de trabalho não suprir (falta do profissional), será descontado do faturamento mensal valor correspondente à quantidade de horas que o posto de trabalho ficou descoberto.

Das Férias

- 2.12.10. A empresa poderá definir a melhor forma de organizar os períodos, devendo comunicar a DPE/PR a escala de férias com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência.

Da Substituição

- 2.12.11. Nos casos de insuficiência de desempenho pelos profissionais, a contratada deverá substituí-lo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Dos Feriados e Recesso forense

- 2.12.12. Os motoristas poderão ser dispensados pela DPE/PR nos casos de feriados forenses ou suspensão de expediente, sendo vedado à contratada descontar qualquer valor do profissional, salvo os autorizados por lei.

- 2.12.12.1. A Defensoria comunicará à empresa contratada sempre que ocorrer a dispensa dos motoristas por suspensão de expediente.
- 2.12.13. Anualmente, durante o período de recesso forense da Defensoria Pública do Estado do Paraná, por conveniência da DPE/PR, os motoristas poderão realizar jornadas menores e/ou diferenciadas.
- 2.12.13.1. A DPE/PR comunicará previamente à empresa contratada sobre a necessidade de adequação, a fim de possibilitar o planejamento das escalas de trabalho.
- 2.12.14. Os horários diferenciados e/ou as escalas serão comunicados à contratada, no mês de dezembro, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência ao início do recesso.
- 2.12.14.1. A DPE/PR poderá, a qualquer tempo e por necessidade do serviço, determinar o encerramento das escalas diferenciadas e o retorno à jornada regular, independentemente de aviso prévio mínimo, mediante comunicação formal à contratada, não sendo devido qualquer ônus adicional à CONTRATANTE em decorrência dessa alteração.
- 2.12.15. É vedado que a empresa contratada utilize qualquer dos profissionais dispensados pela Defensoria em contrato diverso com outro órgão, a fim de suprir possíveis faltas ou escalas de trabalho.

2.13. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MOTORISTAS

- 2.13.1. Apresentar comportamento compatível com a função, agindo com presteza, urbanidade e cordialidade, zelando pela boa aparência de seus uniformes e resguardando a instituição de práticas e/ou atitudes que comprometam a boa imagem da Defensoria mantendo permanente controle e guarda dos veículos, não permitindo o acesso aos veículos de pessoas não autorizadas.
- 2.13.2. Certificar-se, antes de sair com o veículo, de que todos os documentos e acessórios de porte obrigatório estejam presentes no veículo.
- 2.13.3. Cumprir o horário estabelecido pela DPE/PR, ser pontual e permanecer no posto de trabalho.
- 2.13.4. Prestar os serviços com higiene pessoal satisfatória (cabelo, barba, bigode aparados, se for o caso) e uniforme.



-
- 2.13.5. Não fumar no interior dos veículos.
- 2.13.6. Não se ausentar do local de trabalho, exceto se autorizado pela DPE/PR.
- 2.13.7. Responder aos questionamentos da Coordenadoria Logística por meio de mensagens.
- 2.13.8. Realizar, obrigatoriamente, a vistoria detalhada (Checklist de Entrada e Saída) em cada troca de turno ou de veículo, utilizando formulário próprio (físico ou digital) da CLog.
- 2.13.8.1. O motorista deverá registrar formalmente qualquer avaria interna ou externa (riscos, amassados, falta de estepe, nível de combustível), e, principalmente, a integridade dos equipamentos internos e acessórios, sob pena de ser responsabilizado solidariamente por danos constatados posteriormente e que não foram reportados no início da jornada.
- 2.13.9. Responsabilizar-se pela conferência física e documental de materiais e volumes transportados, verificando a integridade das embalagens e a correspondência com as guias de remessa/ordens de serviço, recusando o transporte de itens não autorizados ou inadequadamente acondicionados.
- 2.13.10. Encerrar a jornada obrigatoriamente no local de guarda oficial determinado pela DPE/PR, sendo expressamente proibido o deslocamento com o veículo para fins particulares ou repouso em endereço residencial do motorista, salvo autorização extraordinária por escrito do Gestor.
- 2.13.11. No caso da Van Adaptada (Unidade Móvel), certificar-se do funcionamento do gerador de energia, observando níveis de combustível e procedimentos de segurança para acionamento e desligamento, bem como conferir a integridade dos itens de escritório (mobiliário e equipamentos) antes e depois de cada ação externa.
- 2.13.12. Notificar imediatamente à Coordenadoria de Logística (CLog) qualquer avaria, defeito mecânico ou ausência de item de inventário constatado no momento da vistoria inicial.
- 2.13.12.1. O motorista que assumir o veículo sem ressalvas será considerado responsável por qualquer dano ou falta constatada posteriormente até a entrega ao próximo condutor.

-
- 2.13.13. Responsabilizar-se pela conferência quantitativa e qualitativa de materiais, equipamentos ou volumes carregados e descarregados nos veículos, verificando se os itens conferem com as guias de transporte ou ordens de serviço, reportando imediatamente qualquer discrepância.
- 2.13.14. Manter a organização interna da Van Adaptada (Unidade Móvel) durante os deslocamentos, garantindo que equipamentos e materiais estejam devidamente acondicionados para evitar danos por movimento.
- 2.13.15. Não transportar terceiros ou cargas, sem expressa autorização da DPE/PR.
- 2.13.16. Demonstrar perícia, conhecimento e obediência às regras de trânsito, bem como aquelas contidas no Código de Trânsito Brasileiro e extremo cuidado com os veículos oficiais ou locados a serviço da DPE/PR, zelando pelo bom andamento do serviço, adotando as medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer incidente para garantia à segurança dos passageiros, dos transeuntes e de outros veículos, comunicando imediatamente aos responsáveis pela DPE/PR qualquer anormalidade verificada.
- 2.13.17. Ficar atento no sentido de que o veículo esteja sempre abastecido, seguindo as regras de abastecimento informadas pela Coordenadoria de Logística (CLog).
- 2.13.17.1. O acesso ao sistema de abastecimento dar-se-á mediante o uso de cartão magnético vinculado ao veículo e credenciais de acesso (cadastro e senha) individuais, de caráter estritamente pessoal e intransferível.
- 2.13.17.2. É expressamente proibido o compartilhamento de senhas entre colaboradores ou com terceiros, sendo o motorista titular do cadastro o único e exclusivo responsável por todo e qualquer registro realizado sob sua identificação, respondendo administrativa e civilmente por eventuais usos indevidos ou fraudes detectadas.
- 2.13.18. Comunicar imediatamente aos responsáveis pela Coordenadoria Logística qualquer problema que ocorra no momento do abastecimento.
- 2.13.19. Orientar e auxiliar no processo de adentrar e sair do veículo à pessoa transportada, bem como quando de carga e descarga do veículo de materiais/volumes.



-
- 2.13.20. Preencher o Diário de Bordo, de forma legível, utilizado pela Coordenadoria Logística, registrando data, hora de saída e chegada, quilometragem percorrida, destino, natureza do serviço, assinatura do requisitante do serviço e outras informações pertinentes.
- 2.13.21. Observar as normas internas da DPE/PR, principalmente quanto aos horários de expediente e intervalos.
- 2.13.22. Seguir rigorosamente as orientações aplicáveis em caso de acidente, em qualquer situação, com veículos oficiais ou locados da DPE/PR, comunicando imediatamente ao Gestor ou Fiscal do Contrato.
- 2.13.23. Os condutores e a empresa contratada, de forma subsidiária, serão responsabilizados pelas infrações de trânsito praticadas no uso dos veículos oficiais ou locados, conforme disposições do Código de Trânsito Brasileiro, caso venham a cometer alguma infração de trânsito. No caso de acidentes, o condutor fica obrigado a solicitar perícia policial no local, quando cabível, registrar ocorrência na Delegacia de Polícia e comunicar o fato à DPE/PR para adoção das devidas providências.
- 2.13.24. Em caso de acidente, o motorista deverá aguardar no local da ocorrência, mantendo o veículo sob sua guarda, até sua liberação dos órgãos competentes ou pelo representante da empresa responsável pela locação dos veículos.
- 2.13.25. O motorista deverá sinalizar a faixa de rolamento onde ocorreu o acidente com a utilização do triângulo de segurança.
- 2.13.26. Sempre que possível, o motorista deverá registrar o acidente com imagens fotográficas.
- 2.13.27. Comunicar-se imediatamente com a DPE/PR sempre que, durante a execução dos serviços, ocorra qualquer impedimento, com vistas às medidas de socorro, transporte de passageiros ou qualquer outra situação alheia à execução normal das atividades.
- 2.13.28. Nos casos em que não forem atendidos pela Polícia de Trânsito ou Agentes de Trânsito, e o veículo estiver em condições de trafegar, dirigir-se à Delegacia da Polícia Civil mais próxima e lavrar o B.O – Boletim de Ocorrências, que será o documento base para acionar a seguradora.



2.13.29. Nos casos em que veículo for utilizado com finalidades diversas das funções da Defensoria, o motorista terceirizado responderá, conforme legislação pertinente.

2.14. DA QUALIFICAÇÃO FUNCIONAL - DOS REQUISITOS DOS MOTORISTAS DE VEÍCULOS LEVES - FUNCIONAIS/UTILITÁRIOS/VANS.

2.14.1. Idade mínima 21 (vinte e um) anos.

2.14.2. Grau de escolaridade mínima ensino médio (segundo grau) completo.

2.14.3. Possuir experiência de 1 (um) ano como motorista, comprovada em CTPS ou outro meio idôneo.

2.14.4. Possuir Carteira Nacional de Habilitação – categoria “B” ou superior, com prazo de validade em dia.

2.14.5. Estar quite com as obrigações eleitorais e militares (homens).

2.14.6. Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

2.14.7. Possuir o registro de “EAR” que significa “Exerce Atividade Remunerada”.

2.14.8. Cumprimento das exigências legais para o desenvolvimento das atividades profissionais inerentes à natureza do objeto contratual.

2.15. DA QUALIFICAÇÃO FUNCIONAL - DOS REQUISITOS DO MOTORISTAS EXECUTIVOS DO TIPO “REPRESENTAÇÃO”

2.15.1. Idade mínima 21 (vinte e um) anos.

2.15.2. Grau de escolaridade mínima, ensino médio (segundo grau) completo.

2.15.3. Possuir experiência de 2 (dois) anos devidamente comprovados, comprovada em CTPS ou outro meio idôneo.

2.15.4. Possuir Carteira Nacional de Habilitação – categoria “B” ou superior, com prazo de validade em dia.

2.15.5. Estar quite com as obrigações eleitorais e militares (homens);

2.15.6. Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

2.15.7. Possuir o registro de “EAR” que significa “Exerce Atividade Remunerada”.



2.15.8. Cumprimento das exigências legais para o desenvolvimento das atividades profissionais inerentes à natureza do objeto contratual, tais como cursos, boa saúde mental e física.

2.15.9. Possuir curso de direção defensiva e primeiros socorros, devidamente comprovado com certificado, objetivando complementar o aperfeiçoamento profissional.

2.15.10. A comprovação do curso deverá ser encaminhada à DPE/PR quando do início das atividades.

2.16. DAS VIAGENS E DIÁRIAS DOS MOTORISTAS

2.16.1. No atendimento às demandas dos serviços, os motoristas poderão ser convocados para viagens.

2.16.2. A DPE/PR comunicará formalmente à empresa contratada, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, os motoristas escalados para as viagens, informando as datas, origem e destino, cabendo à CONTRATADA calcular o valor a título de diárias a serem pagas para a viagem.

2.16.3. Para convocação para viagens, os motoristas do tipo “Representação” serão acionados pela DPE/PR com antecedência mínima de 8 (oito) horas.

2.16.4. Poderão ocorrer situações urgentes e de caráter excepcional, devidamente justificadas, em que a DPE/PR não consiga prever a necessidade da viagem com a antecedência habitual, aplicando-se, nesses casos, as disposições específicas previstas na seção de pagamento de diárias.

2.16.5. As viagens poderão ocorrer de segunda a sexta-feira e eventualmente iniciar ou terminar aos sábados, domingos e feriados.

2.16.6. Para viagens com saída e retorno no mesmo dia, respeitando a jornada do motorista, não haverá necessidade de aviso com antecedência.

2.16.7. Para um melhor controle, a contratada poderá informar um modelo de comunicação eletrônica e /ou planilha de organização de solicitação de viagens, constando todas as informações necessárias.

2.17. DO PAGAMENTO DAS DIÁRIAS

2.17.1. A CONTRATADA pagará diárias de viagem aos seus empregados que prestarem serviços à Defensoria Pública, por dia de deslocamento, para fazer face às despesas de alimentação e estadia.

-
- 2.17.1.1. Nas viagens programadas e informadas à CONTRATADA com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, o pagamento das diárias deverá ser efetuado ao motorista com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início do deslocamento.
- 2.17.1.2. Em casos urgentes e de caráter excepcional, devidamente justificados, nos quais a DPE/PR não pode prever a necessidade da viagem com a antecedência prevista, as diárias deverão ser pagas aos motoristas, pela empresa CONTRATADA em até 02 (duas) horas antes do início da viagem.
- 2.17.1.3. Para os motoristas do tipo ‘Representação’, o prazo para pagamento das diárias será compatível com o prazo de convocação, devendo ser realizado dentro do limite de até 2 (duas) horas antes do início da viagem.
- 2.17.1.4. O pagamento das diárias não será devido em deslocamentos dentro do mesmo município, microrregião ou municípios limítrofes (região metropolitana), salvo quando, em razão das circunstâncias da atividade, houver necessidade comprovada de pernoite ou custeio de despesas extraordinárias de alimentação e locomoção, devidamente justificadas no processo de viagem e aprovadas pela Diretoria de Operações.
- 2.17.2. Farão jus à(s) diária(s) integrais, quando o motorista em viagem necessitar pernoitar fora da sua residência, tendo a liberdade de escolher o hotel/pousada ou estabelecimento congênere onde pernoitará, sendo vedado dormir dentro do veículo.
- 2.17.3. Durante o pernoite, a guarda do veículo é de estrita responsabilidade do motorista, devendo este zelar pela escolha do local de hospedagem, de forma a minorar os riscos de furto, roubo ou danos ao veículo.
- 2.17.3.1. Em nenhuma hipótese os custos com estacionamento em período de viagens serão de responsabilidade da CONTRATANTE.
- 2.17.4. Será devida 01 (uma) diária de viagem, no valor de R\$ 320,00, para cada dia de deslocamento que implique pernoite, abrangendo as despesas ordinárias do colaborador em viagem.
- 2.17.5. Para deslocamentos em que o colaborador realize ida e volta no mesmo dia, sem pernoite, será devida indenização parcial no valor de R\$100,00 (cem reais), desde



que o destino esteja fora da Região Metropolitana ou de cidades limítrofes à localidade de origem.

- 2.17.6. Na hipótese de deslocamento superior a 1 (um) dia de viagem, aplica-se para o dia de retorno o disposto nas cláusulas 2.17.4 e 2.17.5, conforme o horário de encerramento da viagem, observando-se os critérios já estabelecidos para a indenização parcial, correspondente às refeições realizadas no percurso de retorno, sem inclusão de pernoite.
- 2.17.7. O cálculo das diárias observará, no que couber, as diretrizes da Instrução Normativa DPG Nº 104/2025¹ e do regramento interno, especialmente quanto à caracterização de viagem, pernoite e prestação de contas.
- 2.17.8. O referido pagamento possui natureza estritamente indenizatória e visa suprir as despesas de alimentação e estadia do profissional em períodos de jornada extraordinária ou em dias não úteis no âmbito local.
- 2.17.9. Não Cumulatividade: Este valor não é cumulativo com o pagamento de diárias de viagem (integrais), sendo aplicado exclusivamente para serviços prestados na sede de lotação e sua respectiva região metropolitana.
- 2.17.10. O valor fixo estipulado para as diárias, são:

DIÁRIAS	VALOR
PERNOITE COM CAFÉ	R\$ 220,00
ALMOÇO/LANCHE	R\$ 50,00
JANTA/LANCHE	R\$ 50,00
TOTAL	R\$ 320,00

- 2.17.11. O pagamento das diárias integra o preço da proposta, mas não está sujeito à disputa, e será exclusivamente destinado ao motorista que, comprovadamente, fizer jus ao seu recebimento, conforme as disposições dos parágrafos anteriores.
- 2.17.12. Os repasses referente às diárias não poderão ser inferiores aos valores estabelecidos em tabela acima.

¹ <https://transparencia.defensoria.pr.def.br/legislacao/atos-internos/233027>



2.17.13. A contratada deverá realizar o controle dos pagamentos das viagens e qualquer inconsistência deverá ser sanada antes da emissão do documento para pagamento.

2.17.14. Os valores pagos a título de diárias de viagem somente serão pagos pela CONTRATANTE à CONTRATADA juntamente com a fatura mensal de prestação dos serviços, mediante relatório e ateste da efetiva realização da viagem pelo fiscal do contrato formalmente designado pela contratante, em conformidade com as regras de indenização estabelecidas neste Termo de Referência.

2.18. CONDIÇÕES GERAIS DAS DIÁRIAS

2.18.1. A duração máxima em que o motorista poderá ficar em viagem é de 12 (doze) dias corridos.

2.18.2. Na hipótese de cancelamento de viagem anteriormente programada e comunicada, cabe à DPE/PR informar à contratada, com a maior brevidade possível, para que, se for o caso, o empregado restitua à empresa as diárias recebidas antecipadamente.

2.18.3. As viagens deverão ser realizadas dentro do horário normal de trabalho, exceto em casos excepcionais, justificados pela DPE/PR.

2.18.4. Os motoristas deverão ser orientados pela contratada a não realizarem jornadas superiores de trabalho em caso de viagens, a fim de chegarem com antecedência ao local do destino da viagem ou objetivando retornar antes do cronograma previsto para a viagem.

2.18.5. É obrigatório o cumprimento da jornada normal de trabalho durante as viagens, podendo o motorista, em comum acordo com o passageiro viajante, adaptar seu horário de almoço, respeitada a legislação trabalhista.

2.18.6. A contratada deverá repassar orientações aos seus profissionais, quanto às pausas durante viagens de longos trajetos, principalmente se ultrapassar 05 (cinco) horas consecutivas na condução dos veículos.

2.18.7. A realização de horas adicionais em viagens poderá ocorrer mediante expressa autorização prévia da DPE/PR, seguindo estritamente o determinado pela legislação trabalhista e convenções coletivas vigentes.

2.18.8. A empresa deverá apresentar sua proposta considerando a seguinte estimativa do quadro a seguir:



QUANTIDADE DE MOTORISTA	NÚMERO DE DIÁRIAS ANUAIS
1	75
13	975
20	1500

2.19. DO BANCO DE HORAS E DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Do Banco de Horas

2.19.1. A prestação de serviços que exceda a jornada diária de trabalho que trata os itens 2.10.6 e seguintes deste Termo de Referência, deverá ser objeto de compensação por meio de Banco de Horas, nos termos da legislação trabalhista vigente.

2.19.1.1. As regras relativas ao banco de horas serão aquelas previstas na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável à categoria profissional, vigente à época da licitação, a ser apresentada pela contratada, observada a legislação trabalhista e a vedação prevista no Item 2.10.15 deste Termo de Referência.

Das Horas Extraordinárias

2.19.2. Não sendo possível a compensação, as horas excedentes deverão ser remuneradas como horas extraordinárias, com base no valor da hora normal do empregado, observadas as disposições legais e as convenções coletivas aplicáveis.

2.19.3. O motorista poderá realizar no máximo até 2 (duas) horas adicionais diárias.

2.19.4. A extrapolação desse quantitativo deverá ser devidamente justificada pela contratada e previamente autorizada pela fiscalização do contrato, observada a necessidade do serviço e a manutenção do equilíbrio operacional da execução.

2.19.5. A contratada deverá adotar as medidas necessárias para gestão adequada da jornada de trabalho de seus empregados, priorizando a compensação de horas, quando cabível, e a adequada alocação de recursos humanos, de modo a evitar a utilização excessiva de horas extraordinárias.

2.19.6. É vedada a realização de horas adicionais por vontade exclusiva do motorista, isto é, caso a chegada ou saída do profissional seja antes ou depois do horário estabelecido

pela DPE/PR, não será contabilizado, em nenhuma hipótese, como hora à disposição da Defensoria.

2.19.7. Compete à contratada com apoio da DPE/PR acompanhar a execução e a jornada extra através de aplicativo de ponto eletrônico/digital.

2.19.8. A empresa deverá fornecer ferramentas de controle de jornada, através de aplicativo de ponto eletrônico/digital, para que a Defensoria consiga atestar as horas trabalhadas pelos motoristas, sendo que o preposto ou o representante da contratada, deverá prestar o suporte necessário para organização dos horários para a prestação dos serviços.

2.19.9. Sempre que possível, a DPE/PR informará com antecedência à contratada a necessidade de prestação de horas adicionais.

2.19.10. A empresa contratada poderá adotar conceito de mês diferente do calendário oficial para apuração das horas laboradas pelo empregado, isto permitirá que a empresa adote período flexível objetivando o pagamento de horas extraordinárias.

2.19.11. As justificativas para as horas extraordinárias serão comunicadas à contratada após análise da DPE/PR.

2.19.12. Os valores de horas extras somente serão pagos quando os serviços forem expressos e previamente autorizados pela Defensoria Pública, e lançados no sistema de folha de ponto atestada pela fiscalização, com comprovação do pagamento ao empregado.

2.19.13. O valor da hora extraordinária deverá ser calculada com o percentual máximo de 120%, abrangendo todas as hipóteses de horas extras, incluindo aquelas realizadas de segunda a sexta-feira, aos finais de semana, feriados e durante o período noturno.

2.19.14. O pagamento das horas extraordinárias integra o preço da proposta, mas não está sujeito à disputa, e será exclusivamente destinado ao motorista que, comprovadamente, fizer jus ao seu recebimento, conforme as disposições dos parágrafos anteriores.

2.19.15. A estimativa do quantitativo de horas extraordinárias apresenta os seguintes números:



QUANTIDADE DE MOTORISTA	NÚMERO DE HORAS EXTRAS ANUAIS
20	4.000

2.19.16. Os custos do valor das horas extras e de diárias são meramente estimativos, devendo ser usados apenas como parâmetro para elaboração das propostas dos licitantes.

2.19.17. Considerando que os postos a serem contratados têm jornada ordinária exclusivamente diurna, compreendida entre 6h00 e 21h59, eventual prestação de serviços no período entre 22h de um dia e 5h da manhã do dia seguinte somente poderá ocorrer em caráter extraordinário, mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

2.19.17.1. Nessas hipóteses, serão devidos os encargos legais cabíveis, inclusive adicional noturno, conforme estabelecido na CLT, vedada a compensação dessas horas por banco de horas ou outro regime compensatório para fins deste Contrato.

2.19.18. O valor será apurado conforme a Planilha de Custos e Formação de Preços.

2.20. DOS UNIFORMES E CELULARES

2.20.1. A empresa contratada deverá fornecer os uniformes e qualquer complemento necessário para a execução dos serviços.

2.20.1.1. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

2.20.1.2. A distribuição dos uniformes deve ser realizada de maneira conjunta, vedada à CONTRATADA a sobreposição de quaisquer peças que compõem o conjunto a título de cumprimento da obrigação de fornecimento dos uniformes, ou ainda a sua conversão em pecúnia em benefício do empregado.

2.20.2. Os uniformes deverão ser entregues antes do início do contrato e após, uma vez a cada 12 meses.

2.20.3. As entregas subsequentes serão em quantitativo definido pelo fiscal do contrato, de acordo com a necessidade identificada durante a execução dos serviços e, caso seja reduzido, é uma hipótese em que a planilha de formação de preços será revisada.



- 2.20.4. Os uniformes deverão ser condizentes com o tamanho de cada trabalhador, compreendendo as estações climáticas do ano, sem nenhum repasse para o empregado ou para a Defensoria.
- 2.20.5. A contratada deverá responsabilizar-se pelos ajustes de alfaiataria que se fizerem necessários à boa apresentação dos uniformes, não podendo repassar aos funcionários os custos de quaisquer itens de uniforme, bem como dos ajustes de alfaiataria.
- 2.20.5.1. Havendo a necessidade de ajustes, trocas por desgaste prematuro ou defeitos ocasionados por motivo de força maior, a contratada providenciará imediatamente a substituição, conforme solicitação, após a comunicação por escrito ao representante.
- 2.20.6. Os custos dos uniformes deverão constar na planilha de formação de preços.
- 2.20.7. Nos casos de motoristas do sexo feminino o uniforme deverá seguir os mesmos padrões com as adaptações necessárias.
- 2.20.8. Se a motorista estiver gestante, o uniforme deverá ser adaptado.

FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

- 2.20.9. Os equipamentos e materiais deverão ser novos (de primeiro uso).
- 2.20.10. Para a definição do valor mensal dos equipamentos básicos adotou-se metodologia alinhada ao entendimento consolidado pelo Acórdão n.º 966/2010-TCU-Plenário, segundo o qual bens depreciables não devem ser remunerados integralmente em curto espaço de tempo (por exemplo, 12 meses), sob pena de a Administração arcar com parcelas indevidas relativas a períodos futuros, caso o contrato não seja prorrogado.
- 2.20.11. Assim, para cada equipamento foram identificados os valores de aquisição, a vida útil estimada (em meses) e, quando cabível, um valor residual correspondente a 20% do preço de compra. O custo depreciable (valor de aquisição menos o valor residual, quando aplicável) foi então rateado pela vida útil, resultando em um valor mensal de depreciação que reflete o uso esperado do bem ao longo de todo o seu ciclo de vida, e não apenas em um ano de contrato.
- 2.20.12. Essa sistemática dialoga com as diretrizes extraídas do Acórdão n.º 966/2010-TCU-Plenário e de decisões posteriores, na medida em que a Administração passa a remunerar, mês a mês, apenas a fração do valor do bem



correspondente ao período de utilização no contrato. Quando determinado equipamento atinge o fim de sua vida útil durante a execução, prevê-se a sua substituição por novo item, mantendo-se a cobrança mensal, agora calculada com base na depreciação do novo equipamento ao longo de sua própria vida útil.

2.20.13. Desse modo, o custo de reposição é internalizado de forma gradual e transparente, evitando o pagamento concentrado em 12 meses e buscando maior equilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços continuados de vigilância.

2.20.14. Não havendo necessidade, os valores das ferramentas e dos equipamentos básicos constantes na Planilha de Custos e Formação de Preços deverão ser descontados dos valores dos postos de trabalho para os períodos sem disponibilização.

2.20.15. Os uniformes, por motorista, deverão conter a seguinte quantidade mínima para os primeiros 12 (doze) meses de atuação de cada profissional:

QUADRO RESUMO DAS QUANTIDADES DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS POR POSTO

DESCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. ANUAL POR POSTO	VIDA ÚTIL EM MESES
Calça Social Preta Oxford	Unidade	5	12
Camisa Social Branca Manga Curta com logo da empresa	Unidade	5	12
Camisa Social Branca Manga Comprida com logo da empresa	Unidade	5	12
Jaqueta para frio com logo da empresa	Unidade	2	12
Tricot/Suéter	Unidade	3	12
Cinto em couro Preto	Unidade	2	12
Sapato em couro social preto	Par	2	12
Crachá	Unidade	1	12

- 2.20.16. Os itens que compõe o vestuário do posto de trabalho, conforme tabela acima, deverão ser renovados a cada 12 (doze) meses.
- 2.20.16.1. Haverá o desconto proporcional do montante mensal devido à CONTRATADA, referente ao valor mensal devido a cada item, até que haja a efetiva renovação do fornecimento, nos casos em que:
- 2.20.16.1.1. A CONTRATADA não providenciar a renovação dos itens, sem prejuízo de apuração de descumprimento contratual.
- 2.20.16.1.2. A fiscalização contratual identificar desnecessária a renovação integral ou parcial dos itens, cabendo a formalização do valor a ser descontado e o seu prazo de aplicação, por meio de termo de apostilamento.
- 2.20.17. A empresa deverá fornecer para todos os motoristas um telefone celular, com franquia de internet (pré-pago ou pós-pago) com número de telefone exclusivo para uso em serviço:

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL POR POSTO	VIDA ÚTIL EM MESES
Celular para uso em serviço com plano de internet móvel . Modelo de referência: Samsung Galaxy A07	Unidade	1	36

- 2.20.18. O celular deverá possuir acesso à internet móvel para mensagens e ligações.
- 2.20.19. Justifica-se a solicitação do celular, uma vez que as agendas das atividades são repassadas aos motoristas através desse meio, objetivando maior rapidez na comunicação entre os profissionais e os responsáveis pelo repasse de informações e agendas de atividades.
- 2.20.20. Fica a critério da contratada o modelo do celular bem como as características do plano ou do acesso à internet móvel, desde que o aparelho e o acesso à internet possuam a qualidade mínima suficiente para atendimento.
- 2.20.21. A empresa é responsável por qualquer problema identificado e justificado pelo motorista no telefone celular (mau funcionamento, quebra do aparelho ou da



tela etc.) sendo que eventuais consertos ou troca do aparelho é de responsabilidade da própria contratada.

2.20.22. Os motoristas deverão acessar o grupo de mensagens durante seu horário de expediente, retornando qualquer solicitação dos responsáveis pela Defensoria.

2.20.23. O motorista deverá acessar as mensagens ou atender as ligações apenas quando não estiver conduzindo os veículos, sendo que a responsabilidade por eventuais multas será exclusivamente do motorista.

2.21. DO CONTROLE DO PONTO DIGITAL

2.21.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar meios adequados de controle da jornada diária dos motoristas.

2.21.2. O controle da jornada de trabalho será realizado por meio de sistema de ponto eletrônico digital, utilizando aplicativo com geolocalização e opções de reconhecimento facial, digital ou senha.

2.21.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso ao sistema por meio de perfis individualizados, com controle de permissões e registro de acessos, assegurando que a CONTRATANTE visualize os dados necessários à fiscalização contratual, em conformidade com a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados.

2.21.3. A utilização do ponto digital é necessária para o gerenciamento eficiente das atividades externas dos colaboradores, transmitindo os dados em tempo real e minimizando riscos.

2.21.4. A ferramenta de controle de jornada deverá ser compatível com dispositivos móveis.

2.21.5. A contratada deverá disponibilizar todas as informações necessárias para a análise mensal do cumprimento das obrigações trabalhistas e legais, conforme exigido pela administração.

2.21.6. Ocorrendo a prática de horas adicionais as marcações deverão constar no controle da jornada normal.

2.21.7. Não serão consideradas como jornada de trabalho, o deslocamento residência do motorista até o local de trabalho ou vice-versa, quando o motorista, devidamente autorizado, utilizar de veículo da Defensoria (oficial ou locado) para deslocamentos para sua residência e local de trabalho.

2.21.7.1. Nesse período, não será permitido ao motorista realizar atividades operacionais, tais como abastecimento, lavagem ou manutenção do veículo.

2.21.8. Ao final de cada mês, o representante da empresa, ou por ele designado, deverá analisar o controle de jornada e comunicar à Defensoria a realização de horas extras. Após essa análise, a DPE/PR atestará os horários e encaminhará à contratada para o fechamento do cartão ponto.

2.21.9. A contratada deverá prestar todo o suporte aos responsáveis da Defensoria, a fim de elucidar qualquer situação ou problema envolvendo os horários dos motoristas.

2.22. DO PAGAMENTO AOS MOTORISTAS CONTRATADOS

2.22.1. A empresa deverá realizar o pagamento aos seus funcionários até o dia 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, fornecendo o comprovante de pagamento com a discriminação de todas as parcelas pagas e descontos efetuados.

2.23. DOS DESCONTOS REFERENTES ÀS MULTAS DE TRÂNSITO

2.23.1. Conforme artigo 162 da CLT, a empresa contratada poderá descontar na folha de pagamento, quando expressamente autorizado pelo empregado, os valores a título de multa de trânsito, uma única vez ou de forma parcelada, desde que tenha sido previsto no contrato de trabalho.

2.23.2. Nos casos de multa de trânsito em veículos pertencentes à frota oficial ou locada da Defensoria Pública, a Coordenadoria Logística comunicará à empresa contratada os dados acerca da infração e a identificação do condutor.

2.23.3. O motorista será responsável por providenciar os recursos administrativos das multas, caso seja a opção, sem nenhum ônus para a Defensoria.

3. DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual, conforme autorização contida nos autos de instrução, sob o número 057/2026.

4. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação ocorrerá por meio licitatório, em conformidade com o Plano de Contratações Anual (PCA).



-
- 4.2. A modalidade da contratação se dará por meio de Pregão Eletrônico, tendo em vista tratar-se de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital.
- 4.3. Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do Artigo 6º, incisos XLV e XLVI da LEI Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pois, além do número definido de postos a serem contratados de imediato, há a previsão de potenciais contratações adicionais de postos de serviço.
- 4.4. Critério de julgamento: o critério de julgamento será o menor preço, uma vez que o objeto pode ser bem definido e aferido a partir dos requisitos técnicos que instruem a contratação.
- 4.5. Critério de adjudicação: a adjudicação será por lote/grupo, haja vista que o parcelamento do objeto pode elevar os riscos e comprometer a execução dos serviços.
- 4.6. Os valores indicados nos itens “diárias” e “remuneração de hora extra” não serão alvo de disputa e serão integralmente preservados, a fim de compor o valor total da ata de registro de preços e do contrato a ser firmado.
- 4.7. Em relação às diárias estimadas, não ocorrerá a disputa, uma vez que é de interesse institucional que o valor unitário indicado seja preservado durante a execução do objeto, de forma a garantir as condições mínimas para as rotinas durante as viagens institucionais.
- 4.8. Em relação a remuneração de hora-extra, não ocorrerá a disputa, uma vez que se trata de um percentual atrelado ao valor do posto de trabalho.
- 4.9. Possibilidade de participação de consórcios de empresas: será permitida a participação de consórcios na presente licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A formação de consórcios deverá observar as condições estabelecidas na legislação, de modo que as empresas associadas atendam plenamente às exigências técnicas e operacionais estabelecidas para a execução do objeto contratual.
- 4.10. Previsão de subcontratação: não será permitida a subcontratação do objeto.
- 4.11. Aplicação do tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte: não há óbices para a aplicação de adoção do tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Lei n.º 11.488/2007.



- 4.11.1. De igual modo, caso observe-se que, a aplicação da norma supracitada possa acarretar em possíveis prejuízos ou inviabilidade da contratação, o instituto poderá ser afastado, conforme previsão da própria Lei, em seu Artigo 49, incisos II, III e IV.
- 4.12. Aplicação do direito de preferência: considerando o objeto da contratação, não há direito de preferência.

5. DOS REQUISITOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

- 5.1. De acordo com o inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ser de ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

DA VISTORIA

- 5.2. O fornecedor interessado em realizar vistoria prévia aos locais de execução dos serviços poderá agendá-la até o último dia útil anterior à data de abertura da licitação, no horário das 10h às 16h, mediante solicitação ao endereço eletrônico: veiculos@defensoria.pr.def.br.

- 5.3. Para realização da vistoria o representante da licitante deverá estar devidamente identificado.

DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

- 5.4. A licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da presente contratação, consistentes na prestação de serviços de motorista de veículos leves, utilitários e/ou Van Adaptada (Unidade Móvel).
- 5.5. Os atestados deverão demonstrar a execução de, no mínimo, 6 (seis) postos de trabalho, admitindo-se o somatório de atestados.
- 5.6. Adicionalmente, os atestados deverão comprovar a execução dos serviços por período mínimo de 12 (doze) meses.
- 5.7. Para os atestados que abrangem serviços em andamento, serão computados somente os períodos compreendidos entre a data de início de sua execução e a data de emissão do documento.
- 5.8. Tal exigência visa mitigar riscos operacionais, garantir a adequada execução contratual e promover maior segurança na contratação pública.

5.9. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

5.10. Caso a área técnica entenda necessário, a licitante deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade do atestado solicitado, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

DAS AMOSTRAS

5.11. Considerando o objeto, não é necessária a apresentação de amostras.

DA HABILITAÇÃO

5.12. Para fins de análise da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, bem como para verificar se há algum impedimento para contratação do fornecedor beneficiário, serão considerados os seguintes documentos:

5.13. Certidão de regularidade fiscal e previdenciária federal emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

5.14. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual ou Distrital;

5.15. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Municipal, caso a sede da empresa não seja no Distrito Federal;

5.16. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal;

5.17. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);

5.18. As certidões poderão ser substituídas pela certidão emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

5.19. Para verificar a existência de impedimentos para a contratação do fornecedor beneficiário, serão consultadas as seguintes bases de dados:

5.20. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;



- 5.21. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 5.22. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;
- 5.23. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná;
- 5.24. Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

6. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmada Ata de Registro de Preços.
- 6.2. O adjudicatário será convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços e deverá assinar o respectivo documento, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis, no máximo, por igual prazo, a critério exclusivo da Defensoria Pública, desde que solicitado de forma justificada e tempestiva pela empresa adjudicada.
- 6.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, excluído o dia do termo final, contados da sua publicação no Diário Eletrônico da DPE/PR.
- 6.4. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a CONTRATADA assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
- 6.5. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.6. A Ata de Registro de Preços, poderá ser prorrogada por mais 1 (um) ano, atendendo exclusivamente ao interesse da administração pública, desde que comprovado preço vantajoso, hipótese em que se renovarão os quantitativos originalmente registrados.

DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 6.7. Após a formalização da Ata de Registro de Preços, será firmado o Termo de Contrato.

- 6.8. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.
- 6.8.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela DPE/PR.
- 6.9. A assinatura do Termo de Contrato deverá ser promovida por representante legal da licitante, ou por mandatário mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida outorgada por representante legal da licitante.
- 6.10. A convocação para a assinatura do Termo de Contrato será realizada de forma eletrônica no e-mail indicado pela licitante em sua proposta de preços, modo pelo qual também serão formalizadas outras comunicações acerca dos atos do presente procedimento licitatório.
- 6.11. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.
- 6.12. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR) e **vigera por 12 (doze) meses**, excluído o dia do termo final, sendo prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

7. DO MODELO DE GESTÃO

- 7.1. O gestor e o fiscal técnico do Termo de Contrato serão designados pela Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios (CFIS).
- 7.2. O fiscal será designado de acordo com a indicação da Diretoria de Operações (DOP).
- 7.3. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas através de ofício e/ou correspondência eletrônica e serão expedidas pela Diretoria de Operações (DOP) ou órgão competente.
- 7.3.1. Comunicação/Gestão Contratual (incluindo reajuste, reequilíbrio econômico financeiro, prorrogação, alterações, rescisão contratual, pagamentos, encargos, verificação de nota débito e certidões) fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios - CFIS);
- 7.3.2. Quanto à execução do contrato: envolvendo a autorização formal de deslocamentos e eventos extraordinários, a realização de auditorias dos registros de ponto e a

validação mensal das escalas e compensações: transportes@defensoria.pr.def.br
(Coordenadoria de Logística – CLog);

7.4. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços por intermédio da fiscalização contratual.

7.4.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

7.5.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.6.No início da execução contratual será fiscalizado se o número de terceirizados está de acordo com previsto no contrato.

7.7.Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a empresa contratada.

7.8.No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a documentação, conforme descrito no item 10.6 deste termo de referência.

7.9.Na Fiscalização mensal, será consultada a situação da empresa, bem como todas as certidões de regularidade fiscal.

7.10. Nas Fiscalizações diárias as solicitações dos terceirizados devem ser dirigidas ao preposto/representante da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto/representante.

7.11. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço ou folgas deve ser em comum acordo com a DPE/PR.

7.12. Serão conferidos, diariamente, se os empregados terceirizados estão prestando os serviços de acordo com o cumprimento da jornada de trabalho.

7.13. A CFIS - Coordenadoria de Fiscalização das Contratações e Convênios, verificará se a empresa contratada observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças



aos empregados, respeita à estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

- 7.14. A DPE/PR solicitará, os extratos da conta do FGTS para que se verifique se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.
- 7.15. Ao final de um ano, todos os empregados terão seus extratos avaliados, sendo obrigação da contratada o encaminhamento à DPE/PR.
- 7.16. A fiscalização dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, observando e aplicando o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) constante neste Termo de Referência.
- 7.17. Durante a execução do objeto, o fiscal monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 7.18. Em hipótese alguma, será admitido que a própria empresa contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.
- 7.19. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis, serão aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no edital da licitação.
- 7.20. A DPE/PR promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos do Art. 1º, Inciso IV, do Anexo XII da RES DPG 375/23.
- 7.21. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da contratante, conforme disposto nos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133 de 2021.

7.21.1. DO PREPOSTO/REPRESENTANTE DA CONTRATADA



- 7.21.1.1. A CONTRATADA deverá informar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação do extrato deste Termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública (DED), preposto para representá-la (caso não seja a própria CONTRATADA) na execução e na gestão contratuais, contendo, no mínimo, nome completo, CPF, telefone e e-mail.
- 7.21.1.1.1. Em caso de alteração dos dados cadastrais, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE os dados atualizados para fins de registro, sob pena de serem considerados válidos os atos eventualmente praticados com base nas informações anteriormente fornecidas.
- 7.21.1.2. A contratada deverá manter o seu representante durante a vigência do contrato para representá-lo administrativamente, sempre que necessário, respondendo às solicitações da DPE/PR, por e-mail ou outro meio de contato em até 01 (um) dia útil.
- 7.21.1.3. Compete à DPE/PR a definição das demandas operacionais de transporte, incluindo horários, locais, itinerários e quantitativo de motoristas necessários, cabendo à contratada, por meio de seu preposto, a gestão dos recursos humanos alocados, incluindo a definição das escalas individuais, indicação dos profissionais para atendimento das demandas e controle de jornada, em observância à legislação trabalhista e à convenção coletiva aplicável.
- 7.21.1.4. Em situações classificadas como urgentes pela fiscalização do contrato, o atendimento deverá ocorrer de forma imediata, assim considerado o prazo máximo de até 02 (duas) horas após a solicitação, sendo necessário a disponibilização de um contato telefônico para emergências.
- 7.21.1.5. Quaisquer entendimentos entre a DPE/PR e o representante da contratada serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais.
- 7.21.1.6. O representante deverá apresentar-se sempre que solicitado pela DPE/PR para receber orientações quanto aos procedimentos estabelecidos, bem como, para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação dos postos de trabalho e à execução do contrato, relativos à sua competência.



- 7.21.1.7. O representante deverá supervisionar a prestação de serviços, fiscalizando e ministrando orientações necessárias aos ocupantes dos postos de serviço, tomando providências para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas e repassando orientações corretivas em caráter particular quanto ao devido cumprimento do objeto contratado.
- 7.21.1.8. O representante deverá visitar os locais de trabalho pelo menos uma vez por mês para aferir a qualidade dos serviços prestados.
- 7.21.1.9. Na designação do representante pela empresa é vedada a indicação dos próprios funcionários (motoristas responsáveis pela prestação dos serviços junto à DPE/PR) para o desempenho de tal função.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato, no procedimento da contratação, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação;
- 8.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quando da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

- 8.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 8.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.10. Aplicar, motivada e justificadamente, a CONTRATADA às penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;
- 8.11. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos no contrato, no procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação;
- 8.12. Compete à CONTRATANTE a definição das demandas operacionais de transporte, incluindo a indicação de horários, locais, itinerários, prioridades e quantitativo de motoristas necessários para atendimento das atividades institucionais, inclusive em situações emergenciais, extraordinárias ou fora do horário regular.
- 8.13. A CONTRATANTE poderá, ainda, planejar previamente demandas recorrentes ou previsíveis, comunicando-as à CONTRATADA com antecedência razoável, a fim de possibilitar a adequada organização da prestação dos serviços.
- 8.14. É vedada à CONTRATANTE a gestão direta dos empregados da CONTRATADA, não lhe competindo a definição de escalas individuais, o controle de jornada, banco de horas, folgas ou quaisquer atos típicos de gestão de pessoal.
- 8.15. A eventual solicitação de substituição de profissionais pela CONTRATANTE deverá ser devidamente motivada, não se confundindo com a gestão direta de pessoal.
- 8.16. As demais obrigações da contratante encontram-se dispostas no respectivo no procedimento da contratação, respectivo Termo de Referência e anexos.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. De acordo com o inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ser de ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.



-
- 9.2.A empresa contratada deverá estar devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica com dedicação exclusiva.
- 9.3.Executar os serviços, conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas em sua proposta.
- 9.4.Prestar os serviços discriminados utilizando-se empregados capacitados, éticos, urbanos, com prática de direção comprovada por meio da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e da CTPS.
- 9.5.Substituir IMEDIATAMENTE, mediante notificação do Gestor do Contrato, ou seu substituto, qualquer funcionário que seja julgado inadequado à prestação dos serviços objeto desta contratação ou conduta inconveniente como: falta de urbanidade, de boa fé, de ética, de moral, de respeito e capacidade de direção segura, dentre outros devidamente justificados pela CONTRATANTE.
- 9.6.Responsabilizar-se por todos os ônus referentes aos serviços contratados, inclusive salários de pessoal, alimentação e transporte, bem como por todas as demais disposições das leis trabalhistas e previdenciárias.
- 9.7.Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.8.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à DPE/PR, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.9.Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais

previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.

- 9.10. Havendo saldo de horas a compensar e ocorrendo desligamento do colaborador antes da respectiva compensação, caberá à CONTRATADA arcar com a indenização do saldo, nos percentuais previstos na CCT.
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos.
- 9.13. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos contrários.
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 9.17. Designar um preposto que exercerá a supervisão permanente de modo a obter uma operação correta e eficaz, o qual, além de ser o contato com a CONTRATANTE responderá pela execução de todos os serviços prestados, sendo capaz, ainda, de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
 - 9.17.1. Compete à CONTRATADA, por meio de seu preposto, a gestão integral dos recursos humanos alocados à execução contratual, a indicação dos profissionais que atenderão às demandas da CONTRATANTE, bem como o controle de jornada,



folgas, compensações e demais aspectos relacionados à legislação trabalhista e à convenção coletiva aplicável.

- 9.17.2. Caberá à CONTRATADA garantir a disponibilidade operacional necessária à execução do objeto, adotando as providências internas para suprir ausências, afastamentos ou quaisquer intercorrências que possam comprometer a prestação dos serviços, sem transferência de responsabilidade à CONTRATANTE.
- 9.17.3. Atender prontamente às convocações para serviços em horários diversos da jornada ordinária (eventos, mutirões e viagens), respeitados os intervalos legais de descanso.
- 9.18. Manter os seus profissionais, quando em serviço, dentro da DPE/PR, devidamente identificados.
- 9.19. Responder por qualquer acidente de que venham a ser vítimas os seus empregados ou, ainda, aquele causado pela DPE/PR ou a terceiros, quando da prestação dos serviços.
- 9.20. A CONTRATADA deverá adotar as providências e assumir as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência desta espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou na conexão com eles, ainda que verificados em dependências da DPE/PR.
- 9.21. Orientar seus funcionários a manter sigilo sobre fatos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a CONTRATANTE, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento.
- 9.22. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.
- 9.23. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação.
- 9.24. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

- 9.25. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, prevista no art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como as reservas de cargos previstas na Lei Estadual n.º 16.938/2011 (Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos), Lei Estadual n.º 18.712/2016 (Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná) e Lei Estadual n.º 19.727/2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade de reservar até 2% (dois por cento) das vagas de emprego das empresas para mulheres vítimas de violência doméstica nas empresas prestadoras de serviços ao Poder Público Estadual.
- 9.26. As exigências legais de reserva de cargos que devem ser cumpridas pelas CONTRATADA não se confundem com a prestação do serviço objeto desta licitação.
- 9.27. A empresa CONTRATADA deverá observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei n.º 13.853/2019.
- 9.28. A CONTRATADA deve atender nos prazos estabelecidos, aos requerimentos e determinações regulares emitidas pela autoridade designada para gerir, acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior, bem como atender tempestivamente às diligências para a regular gestão do instrumento contratual.

10. DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 10.1. Os mecanismos de comunicação estão disciplinados no capítulo “Do Modelo de Gestão”.
- 10.2. A publicação do extrato do Termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná, constitui o marco temporal para início da contagem de prazo, nos termos do Art. 65 da Resolução DPG no 375/2023.
- 10.3. A Coordenadoria de Formalização de Contratos e Convênios da DPE/PR informará a CONTRATADA do início da vigência, e a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios fornecerá os dados de contato do Gestor e do Fiscal do Contrato, que serão responsáveis por acompanhar a execução do objeto contratado.
- 10.4. Em conformidade com o item 7.21.1, a empresa deverá indicar preposto, mediante ofício, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação do extrato do Termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná,

comunicando, por igual meio, qualquer modificação na representação durante a execução contratual.

DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.5. A Diretoria de Operações da Defensoria Pública, por meio dos seus órgãos e do fiscal de contrato designado, contatará a CONTRATADA para realização de reunião inicial para alinhamento do início da prestação dos serviços.
- 10.5.1. A reunião ocorrerá em até 10 (dez) dias da publicação do contrato.
- 10.5.2. A reunião tem como objetivo apresentar à CONTRATADA uma análise detalhada das atividades a serem desempenhadas, esclarecimento de dúvidas, definição de cronogramas e alinhamento das diretrizes operacionais.
- 10.5.3. Após a assinatura do contrato e antes do início efetivo das atividades, a CONTRATADA deverá apresentar os acordos individuais assinados por seus empregados ou a CCT vigente para validar o regime de compensação.
- 10.5.4. Haverá transição contratual referente ao contrato firmado com a G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS LTDA - PE 90018/2025 - [Contrato 047/2025](#) com vigência até 28/08/2026.
- 10.5.5. Os profissionais terceirizados deverão ser alocados em seus postos a partir do 31º dia após a publicação do extrato do Termo de Contrato ou em prazo superior, conforme art. 65 da Resolução DPG 375/2023, sob estrita necessidade da Defensoria Pública.**
- 10.6. No primeiro mês da execução contratual, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - a) relação dos empregados, com nome completo, função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços;
 - b) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
 - c) declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
 - d) Cópia da Ata de Treinamento assinada por todos os motoristas alocados, atestando a ciência inequívoca sobre as normas de:

- I - Proibição de guarda do veículo em residência ou locais não autorizados;
- II - Gatilhos de indenização de refeição (13h e 20h) e obrigatoriedade de atendimento a eventos extraordinários;
- III - Utilização correta do aplicativo de ponto com geolocalização.
- IV - Documento contendo os dados de acesso (login e senha) ou link de integração para que a CLog realize o monitoramento em tempo real dos rastreadores (GPS) e dos espelhos de ponto eletrônico.
- V -Cópia da CNH de cada motorista (com a observação EAR - Exerce Atividade Remunerada), bem como certidão ou prontuário de pontuação emitido pelo órgão executivo de trânsito competente, atualizado, comprovando a regularidade da habilitação.
- VI - Declaração da empresa de que forneceu os smartphones e uniformes necessários, assumindo total responsabilidade pela manutenção e reposição imediata desses insumos.

10.7. DA DINÂMICA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.7.1. Os motoristas contratados deverão conduzir os veículos disponibilizados pela Defensoria, próprios ou locados, com a finalidade de transportar pessoas e volumes/cargas.
- 10.7.2. A contratação de motoristas é dissociada da contratação de locação de veículos.
- 10.7.3. Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente habilitados, denominados MOTORISTAS (CBO 7823-05 MOTORISTAS DE VEÍCULOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE), sob a supervisão do preposto da empresa contratada.
- 10.7.4. Os veículos a serem conduzidos poderão ser do tipo representação, de serviço, utilitário e van de carga e também van adaptada como escritório móvel, conforme às necessidades da DPE/PR.
- 10.7.5. Veículos que não são usados diariamente poderão ser dirigidos por quaisquer um dos profissionais contratados, conforme escala estabelecida pela Coordenadoria de Logística da Defensoria Pública.
- 10.7.6. Os serviços relacionam-se ao transporte de autoridades da Defensoria Pública, servidores, defensores, estagiários, materiais, documentos, pequenas cargas, e outros, para atendimento das atividades meio e fim da DPE/PR.

10.7.7. Os serviços deverão ser prestados observando-se rigorosamente o disposto na Lei Federal nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro e todas as legislações pertinentes.

10.7.8. A organização dos serviços e a coordenação do atendimento das solicitações de demandas serão feitas pelos Responsáveis pela Coordenadoria de Logística, vinculado à Diretoria de Operações da DPE/PR, contudo a empresa deverá prestar o suporte sempre que solicitado pelos responsáveis.

10.7.8.1. A empresa deve assegurar a imediata disponibilidade dos profissionais para o fiel cumprimento das escalas, demandas e eventos extraordinários, responsabilizando-se pela supervisão direta dos motoristas, pela garantia da continuidade ininterrupta do atendimento e pela resolução proativa de quaisquer entraves técnicos, comportamentais ou de escala.

DO RECEBIMENTO

Recebimento Provisório

10.7.9. O objeto será recebido provisoriamente pelo Fiscal Técnico (Coordenadoria de Logística – CLog), mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da documentação técnica exigida no Termo de Referência.

10.7.9.1. O Recebimento Provisório fica condicionado à validação técnica das Horas Extras, Diárias e Indenizações de Refeição, mediante o confronto obrigatório entre: Relatório de registro do ponto; Relatórios de horas-extras e comprovante de pagamento; Relatório de diárias/refeições e respectivos comprovantes de pagamento.

10.7.9.2. Caso haja divergência nos cálculos de horas ou diárias, o Fiscal Técnico notificará a Contratada para retificação.

10.7.10. Por ocasião do primeiro mês de contrato, o Recebimento Provisório fica condicionado, além da prestação efetiva do serviço, à entrega integral da documentação Inicial. .

10.7.11. Esgotado o prazo de recebimento provisório sem manifestação da CONTRATANTE, e salvo disposição em contrário neste Contrato ou nos documentos a ele vinculados, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto

contratual, para todos os efeitos, desde que não haja pendência ou inconformidade formalmente registrada.

Recebimento Definitivo

10.7.12. O objeto será recebido definitivamente pelo Gestor do Contrato, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias úteis contados do Recebimento Provisório, após:

I. Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada (pela CFIS);

II. Aprovação do Relatório de Conformidade emitido pelo Fiscal Técnico (CLog);

III. Ao cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA.

10.7.12.1. Se, após o recebimento provisório, for identificada qualquer desconformidade ou falha na execução cuja responsabilidade seja da CONTRATADA, o prazo para a efetivação do recebimento definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após a resolução dos problemas levantados.

10.7.12.2. Sem prejuízo do recebimento definitivo, o pagamento ficará condicionado à apresentação, pela CONTRATADA, da documentação de cobrança, incluindo a Nota Fiscal, bem como dos documentos fiscais e cadastrais necessários ao atendimento das obrigações tributárias da CONTRATANTE, nos termos da legislação vigente.

10.7.12.3. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto.

11. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

11.1. A Licitante, a Adjudicatária e a CONTRATADA que incorrerem em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeitam-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Deliberação CSDP nº 043/2023, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.

- 11.2. As infrações e sanções administrativas encontram-se definidas na minuta contratual de acordo com a Deliberação CSDP n.º 043/2023.

12. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

O Instrumento de Medição de Resultados - IMR encontra-se no Apêndice III.

13. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 13.1. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal.

DO PAGAMENTO

- 13.2. O pagamento será realizado **mensalmente** à CONTRATADA, de acordo com a aferição dos indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultados pela fiscalização contratual.
- 13.3. Somente serão pagos os serviços efetivamente prestados e nas condições efetivas e comprovadas de sua prestação.
- 13.3.1. O pagamento mensal, pela CONTRATANTE, das despesas decorrentes de ocorrências extras — que abrangem a remuneração de horas extras, trabalho noturno, indenização de diárias, vale-alimentação e vale-transporte em trabalho extraordinário — será realizado considerando-se o quantitativo efetivamente realizado e quando não for possível a compensação em banco de horas, mediante prévia autorização da fiscalização.
- 13.4. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da CONTRATANTE;
- 13.5. Para a liberação do pagamento, a pessoa responsável pelo acompanhamento encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar à Diretoria de Orçamento e Finanças que então providenciará a liquidação da obrigação.
- 13.6. A nota fiscal/fatura deverá obrigatoriamente apresentar o mês da prestação de serviços, valor unitário e o valor total do pagamento pretendido, e declarar a integralidade dos serviços prestados, e em situações de faturamento proporcional (pro rata), o mesmo deverá ser destacado;

- 13.7. O pagamento dos serviços prestados somente será efetuado após a comprovação do pagamento dos correspondentes salários dos empregados da CONTRATADA, relativos ao mês referenciado na nota fiscal/fatura, bem como após a comprovação de quitação de débitos com a Previdência Social, FGTS, 13º Salário PIS, ISS, Férias e demais encargos referentes aos empregados que prestarem serviços para a execução do objeto contratado.
- 13.8. Se a CONTRATANTE constatar erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo será reiniciado integralmente após a regularização.
- 13.9. Os pagamentos dos salários mensais e de outras verbas remuneratórias deverão ser efetuados pela CONTRATADA, impreterivelmente na data limite estabelecida em Lei, sob pena de multa. Se persistir o atraso a Administração poderá, se achar conveniente efetuar o pagamento diretamente aos funcionários da CONTRATADA, sem prejuízo de abertura de procedimento próprio para apuração de eventuais responsabilidades, garantido o direito ao contraditório, e das demais sanções legais, nos termos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.
- 13.10. Sempre que a CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao vencido, não tiver efetuado o pagamento do salário dos empregados terceirizados por ela contratados, a CONTRATANTE poderá promover a dedução, do valor da fatura do mesmo mês correspondente, dos valores pertinentes aos salários líquidos não pagos, e efetuar o pagamento diretamente aos empregados terceirizados contratados.
- 13.11. Uma vez pagos os empregados terceirizados pela CONTRATANTE, na conformidade do disposto no Parágrafo anterior, a CONTRATADA fará jus ao recebimento da diferença, uma vez comprovada a regularidade de pagamento do FGTS do mês de competência dos serviços prestados, em relação a todos os segurados envolvidos na prestação de serviços.
- 13.12. A eventual inadimplência da CONTRATADA para com seus empregados terceirizados relativamente ao vale-transporte e vale-alimentação, poderá ter o mesmo tratamento previsto no item 13.9 deste Termo de Referência;
- 13.13. A DPE/PR repassará, anotando devidamente no documento de cobrança, à CONTRATANTE eventuais reduções de preços decorrentes de mudança de alíquotas de



- impostos ou contribuições, em função de alterações na legislação durante a vigência deste contrato.
- 13.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a última data prevista para pagamento e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.
- 13.15. A CONTRATANTE fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos por lei.
- 13.16. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da CONTRATANTE serão imputáveis exclusivamente à CONTRATADA quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.
- 13.17. O pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal atestada e da documentação necessária (comprovante de regularidade fiscal destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal - inclusive quanto às contribuições previdenciárias- Estadual e Municipal, FGTS e a negativa de débitos trabalhistas).
- 13.18. O primeiro e o último faturamento serão proporcionais ao número de dias da efetiva prestação dos serviços no mês de referência, utilizando-se o mês civil.
- 13.18.1. O pagamento da fatura relativa ao primeiro mês de execução contratual está estritamente vinculado ao Recebimento Definitivo, que por sua vez depende da validação documental e técnica descrita nos itens 'a' até 'd' do item 10.6.
- 13.19. Verificada a regularidade da NF, o Fiscal do Contrato juntará a esta os documentos produzidos no período, e os encaminhará para pagamento.
- 13.20. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

- 13.20.1. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.
- 13.21. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPE-PR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.
- 13.22. Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Resolução DPG nº 375/2023, a Defensoria Pública do Estado do Paraná disponibilizará, mensalmente, em área específica no Portal da Transparência, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentem a eventual modificação da ordem.
- 13.23. Excepcional antecipação de pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado deverá observar o disciplinado no Art.75 da Resolução DPG nº 375/2023.
- 13.23.1. Os encargos da folha de pagamento, com exceção da retenção do recolhimento dos 11% (onze por cento) da Previdência Social, serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

14. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 14.1. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação observará o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução DPG nº 375/2023, bem como as condições estabelecidas no Contrato e na Ata de Registro de Preços.
- 14.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado de suas respectivas datas-base, conforme a natureza dos custos envolvidos.

DO CONTRATO

14.3. DO REAJUSTE POR ÍNDICE – CUSTOS DECORRENTES DO MERCADO

- 14.3.1. Os preços inicialmente contratados referentes aos custos decorrentes do mercado são fixos e irrevogáveis pelo **prazo de 1 (um) ano** contado da data da apresentação da proposta desta contratação (data-base), compreendendo o período de [06/05/2026] a [06/05/2027].
- 14.3.2. Os preços contratados referentes aos custos decorrentes do mercado poderão ser objeto de reajuste por índice, considerando a data-base [dd/mmm.], mediante requerimento da CONTRATADA formulado nos termos da Cláusula 12.3 da minuta contratual, com base na variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo) em cada período ou, se for extinto, outro que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

14.4. DA REPACTUAÇÃO DOS CUSTOS DECORRENTES DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

14.4.1. Os preços inicialmente contratados referentes aos custos decorrentes de mão de obra em regime de dedicação exclusiva são fixos e irreajustáveis pelo prazo de **1 (um) ano**, contado da data de início dos efeitos financeiros do instrumento coletivo (acordo, convenção ou sentença normativa transitada em julgado) ao qual a proposta estiver vinculada (data-base).

14.5. DA REVISÃO

14.5.1. As eventuais revisões contratuais observarão o disposto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XIII.

14.5.2. A concessão observará a demonstração inequívoca do desequilíbrio, sendo vedada a sobreposição com reajustes ou repactuações já concedidos

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.6. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA MEDIANTE REAJUSTE DOS CUSTOS DECORRENTES DO MERCADO

14.6.1. Os preços inicialmente registrados na ARP referentes aos custos decorrentes do mercado são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data da apresentação da proposta desta contratação (data-base), compreendendo o período de [06/05/2026] a [06/05/2027].

14.6.2. Os preços registrados referentes aos custos decorrentes do mercado poderão ser objeto de atualização periódica mediante reajuste por índice, considerando a data-base [dd/mm/aa], por iniciativa da DPE-PR ou por meio de requerimento do fornecedor/prestador beneficiário da ARP, formulado nos termos da Cláusula 7.3 da Ata de Registro de Preços, com base na variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em cada período ou, se for extinto, outro que o substitua, a critério da DPE-PR.

14.7. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA MEDIANTE REPACTUAÇÃO DOS CUSTOS DECORRENTES DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA



14.7.1. Os preços inicialmente registrados na ARP referentes aos custos decorrentes de mão de obra em regime de dedicação exclusiva são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data de início dos efeitos financeiros do instrumento coletivo (acordo, convenção ou sentença normativa transitada em julgado) ao qual a proposta estiver vinculada (data-base).

14.8. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.8.1. As disposições relativas à atualização de preços, incluindo reajuste, repactuação e revisão para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, encontram-se integralmente disciplinadas na Ata de Registro de Preços e no Contrato.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. A garantia deverá ser prestada no prazo de até 10 (dez) dias após a comunicação pela Coordenadoria de Formalização de Contratos e Convênios do início da vigência contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

15.2. A inobservância do prazo do item acima acarretará a aplicação de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso até o máximo de 2% (dois por cento).

15.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia configura inadimplência total e implica a imediata rescisão do contrato.

15.4. A garantia deverá vigorar até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência final do contrato e deverá ser readequada no prazo máximo de 10 (dez) dias sempre que houver revisão de preços, acréscimo ou prorrogação contratual, de forma a preservar a proporcionalidade estabelecida no item 15.1.

15.5. A garantia poderá ser oferecida em qualquer das modalidades previstas no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

15.6. A fiança bancária só será admitida com expressa renúncia do benefício de ordem de que trata o artigo 827 do Código Civil.

15.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, dentre outros, o pagamento de:

I - Prejuízos advindos do não cumprimento total ou parcial do objeto do contrato, inclusive da mora;

II - Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou de dolo, durante a execução do contrato;

III - As multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO.

15.8. A garantia será liberada ao final do prazo estipulado no item 16.4, após a verificação, pelo CONTRATANTE, de que o contrato tenha sido integralmente cumprido.

16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

16.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos e gases de efeito estufa (GEE), a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

16.2. Reitera-se que a empresa a ser contratada bem como seu empregado ficam obrigados em atentar para as práticas de sustentabilidade principalmente àquelas relacionadas à:

- a. Economia de energia;
- b. Economia em materiais como copos e talheres plásticos descartáveis;
- c. Economia de água;
- d. Reciclagem de lixo;
- e. Evitar trajetos longos e desnecessários;
- f. Compartilhamento do veículo, a fim de levar o maior número de passageiros em cada viagem.

17. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Resolução DPG n.º 375/2023 e anexos (Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos), Deliberação CSDP n.º 043, de 04 de dezembro de 2023 (Disciplina a aplicação de sanções administrativas e cobrança de débitos no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná) ou a que vier a substituí-la, Lei Complementar Federal n.º 123/2006, Lei n.º 13.709/2018 (LGPD) e na Deliberação CSDP 21/2022 (Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do

Paraná), Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como demais normas federais, e subsidiariamente, as normas e princípios gerais dos contratos.

17.2. Aplicam-se ao objeto, ainda:

17.3. Decreto Lei nº 5.452/43 – Consolidação das Leis de Trabalho.

17.4. Decreto nº 10.854/21 - Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas.

17.5. Lei n.º 18.712/2016 - Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.

17.6. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

18. DO FORO

18.1. Eventuais litígios que não possam ser dirimidos administrativamente serão processados e julgados na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



APÊNDICE I
ESTIMATIVA DE POSTOS A CONTRATAR COM DIÁRIAS E HORAS
EXTRAORDINÁRIAS E DEMAIS INSUMOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
01	Contratação de Postos de Motoristas para condução de Veículos leves, Utilitários e Vans, 44 horas semanais de segunda a sexta-feira - Categoria B ou superior - CBO 7823-05	13	20

QUANTIDADE MOTORISTA	NÚMERO DE DIÁRIAS ANUAIS	VALOR DA DIÁRIA ANUAL DPE/PR
1	75	R\$ 24.000,00
13	975	R\$ 312.000,00
20	1500	R\$ 480.000,00

- Valor da diária por motorista é de R\$ 320,00, conforme estabelecido no item 2.17.10 deste Termo de Referência.

QUANTIDADE MOTORISTA	NÚMERO DE HORAS EXTRAS ANUAIS
20	4.000

UNIFORMES/CRACHÁ	
Produto	QTDE POR POSTO
Calça Comprida Social Oxford Preta	5
Camisa Social Branca Manga Curta com logo da empresa	5
Camisa Social Branca Manga Comprida com logo da empresa	5
Jaqueta para frio com logo da empresa	2
Tricot/Suéter	3



UNIFORMES/CRACHÁ	
Sapato Social em couro Preto - Par	2
Cinto em Couro Preto	1
Crachá de Identificação	1

Produto	QTDE POR POSTO
CELULAR modelo de referência: Samsung Galaxy A07	
	1
Plano de Celular Básico Mensal	
	1



APÊNDICE II PRECIFICAÇÃO MÍNIMA PARA SALÁRIO BASE E AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

A metodologia adotada para a estimativa de custos dos postos de motorista, com dedicação exclusiva de mão de obra, está em conformidade com o Acórdão nº 1.207/2024 – TCU – Plenário. Tal diretriz autoriza e recomenda o uso de referências de salários e benefícios com base em Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) representativas das categorias profissionais envolvidas, desde que haja aderência ao objeto contratual e à legislação vigente.

Nesse sentido, foram consideradas 125 CCTs do setor de transporte rodoviário com abrangência no Estado do Paraná, adotando-se o terceiro quartil (Q3) dos salários e do auxílio-alimentação, em vez de valores médios ou mínimos. A escolha se justifica pela exigência de profissionais capacitados, com domínio técnico e preparo físico, responsáveis por atividades relevantes à operação institucional, como o transporte do Defensor Público-Geral do Estado e outros membros. Por isso, é necessária atenção especial quanto à segurança, à pontualidade e à condução responsável, pois qualquer imprevisto pode repercutir diretamente na agenda institucional e no funcionamento das atividades administrativas.

Além de promover a atração e retenção de profissionais qualificados, essa abordagem mitiga riscos como subcotação, rotatividade elevada, passivos trabalhistas e falhas operacionais. A estimativa também contempla custos complementares (como EPIs, uniformes e ferramentas) essenciais à execução segura e eficiente do serviço.

Por fim, a metodologia respeita os parâmetros legais e jurisprudenciais ao evitar a vinculação a uma única CCT, preservando a isonomia entre os licitantes e a liberdade de negociação coletiva, alinhando-se aos princípios da economicidade e da boa gestão pública previstos na Lei nº 14.133/2021.

Desse modo, considerando os elementos apresentados, e uma metodologia de análise que considerou uma seleção abrangente e representativa de Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) pertinentes ao objeto a ser contratado, serão aceitas propostas pelos postos de trabalho que atendam às seguintes condições mínimas:

Posto	Tipo	Valor
	Salário base (3º quartil)	Mínimo de R\$ 2.416,00 (dois mil quatrocentos e dezesseis reais).



Posto	Tipo	Valor
Motorista - CNH B - CBO 7823-05	Alimentação (3º quartil)	Mínimo de R\$ 715,00 (Setecentos e quinze reais).

Nesse sentido, para a elaboração das propostas de preços, as licitantes poderão adotar qualquer Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) pertinente ao objeto e à localidade em que se dará a prestação dos serviços, desde que:

a) sejam respeitadas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias vigentes, bem como normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis;

b) os valores de salários, benefícios, auxílios e demais verbas referentes à mão de obra não sejam inferiores:

i. aos pisos salariais e demais benefícios previstos na CCT eleita; e

ii. ao valor mínimo de referência estabelecido pela DPE/PR para salário base e auxílio alimentação.

APÊNDICE III

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

Considerando o contexto da presente contratação, verificou-se a necessidade de criação de um Instrumento de Medição de Resultados (IMR) que contemple, entre outros aspectos:

- Cumprimento do cronograma de roteiros e viagens institucionais;
- Atendimento adequado às demandas por mão de obra eventual;
- Disponibilidade e qualidade da mão de obra;
- Condições adequadas para transporte de passageiros;

Desse modo, os resultados serão medidos observando os critérios abaixo assinalados.

ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregados sem os itens de vestuário adequados (sujos, manchados, rasgados, sem crachá, entre outros) ou não renovados, conforme a periodicidade estabelecida no item 2.20.16 e ss	1	Por empregado ou por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação/habilitação para a execução dos serviços.	1	Por empregado ou por dia
3	Retirar das dependências da DPE/PR quaisquer equipamentos ou materiais, sem autorização prévia do responsável.	2	Por item e por ocorrência
4	Não disponibilizar equipe suficiente para execução das atividades regulares e eventuais, gerando atrasos ou impacto na operação logística	3	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais sem prévia comunicação e concordância da fiscalização.	5	Por dia de atraso
6	Registrar o horário de saída em desacordo com o término real da atividade ou fraudar o sistema de controle de ponto (eletrônico ou manual).	6	Por ocorrência e por empregado
7	Utilizar o veículo para deslocamentos não previstos ou para fins de interesse pessoal do colaborador.	6	Por ocorrência

Para os itens a seguir, DEIXAR DE:

ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
8	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
9	Informar a fiscalização sobre ocorrências que impactem a execução do contrato.	1	Por ocorrência
10	Manter a documentação do motorista atualizada para cumprimento das obrigações contratuais.	1	Por item e por ocorrência
11	Entregar os esclarecimentos formais solicitados para sanar inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida, em até 1 (um) dia útil.	1	Por ocorrência e por dia



Para os itens a seguir, DEIXAR DE:			
ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
12	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
13	Recolher o veículo à garagem autorizada ao término da jornada ou mantê-lo sob posse particular sem autorização expressa e por escrito da Administração.	4	Por ocorrência
14	Disponibilizar dados de rastreamento de viagem ou geolocalização do ponto eletrônico sem outro meio que o comprove, caso haja indisponibilidade do sistema..	4	Por dia
15	Disponibilizar dados e relatórios para a fiscalização do ponto eletrônico quando solicitado pela DPE/PR em até 1(um) dia útil, sem justificativa.	5	Por empregado e Por dia
16	Atender no prazo de 1 (um) dia útil, por meio do preposto, às solicitações da fiscalização relativas à ajustes operacionais, relatórios e demais solicitações da DPE/PR, sem caráter emergencial.	4	Por ocorrência
17	Efetuar o depósito dos valores das diárias com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início do deslocamento a fim de garantir que os funcionários possuam os recursos para custeio de alimentação e hospedagem.	3	Por ocorrência
18	Efetuar o pagamento de diárias em até 2 (duas) horas antes do início da viagem, em casos de emergências e em caráter excepcional justificados pela DPE/PR Para os motoristas do tipo “Representação”, o pagamento deverá observar prazo compatível com a convocação, devendo ser realizado dentro do limite de até 2 (duas) horas antes do início da viagem.	3	Por ocorrência
19	Providenciar a substituição de motoristas ausentes em até 2 (duas) horas.	4	Por ocorrência
20	Efetuar os pagamentos dos empregados (salários, vale-transporte e/ou benefícios) até o 5º dia útil.	5	Por ocorrência e por dia
21	Apresentar ou não manter preposto em até 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação do extrato do Termo de Contrato no DED.	6	Por dia
22	Providenciar a substituição de motorista ausente, afastado ou indisponível, comprometendo a continuidade da prestação dos serviços.	6	Por dia

Pelo descumprimento dos critérios, a DPE/PR realizará descontos nos valores mensais do contrato conforme a seguinte metodologia: durante o mês de competência, as ocorrências serão analisadas de acordo com os critérios de desempenho, grau e a incidência. O desconto será realizado no pagamento correspondente de acordo com o somatório de pontuação das ocorrências, conforme quadro a seguir.



AFERIÇÃO MENSAL	
Grau de infração	Correspondência
Pontos acumulados	% do valor MENSAL do contrato
Até 5 pontos	Notificação
De 6 a 10 pontos	1,0%
De 11 a 20 pontos	5,0%
De 21 a 30 pontos	10,0%
De 31 a 40 pontos	15,0%
De 41 a 50 pontos	20,0%
Acima de 50 pontos	30,0%



DPE **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

À

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2026

Razão Social da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
Email:
Banco, agência e conta para pagamento:

Nome do Representante:
RG:
CPF:

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90016/2026 – SEI 26.0.000000462-5

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Participação geral		
Benefícios LC 123/2066	Sim ()	Não ()

LOTE ÚNICO										
Item	SERVIÇO	CATSE R	UNIDADE DE MEDIDA	Turno	Carga horária semanal (H)	Quantidade mínima de empregados	Quantidade máxima de empregados	Valor Unitário (Mensal)	Valor Máx Mensal	Valor Total (anual)
1	Motorista de veículos leves CNH B CBO 7823-05	15008	Posto de Trabalho	Diurno	44	13	20	R\$	R\$	R\$
	DESCRIÇÃO	CATSE R	UNIDADE DE MEDIDA	-	-	Quantidade Anual Estimada	-	Valor Unitário	-	Valor Total (anual)
2	Diárias estimadas (hospedagem e alimentação)	21849	Diária	-	-	1500		R\$ 320,00	-	R\$ 480.000,00
3	Remuneração de hora extraordinária para motorista - 120% acrescido sobre a hora trabalhada	15008	Horas extraordinárias	-	-	4.000		R\$ 90,45	-	R\$ 361.800,00
VALOR MÁXIMO DO GRUPO PARA 12 (DOZE) MESES										R\$

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90016/2026 – SEI 26.0.000000462-5

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Somente para ME ou EPP regulamentada pela Lei Complementar nº 123/06

Em atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, declaro que:	() NÃO CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.	() CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
---	---	---

Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços;
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;
- c) Esta empresa proponente atesta o atendimento das exigências técnicas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital;
- c) O prazo de validade da presente proposta será de 90 dias a partir da data da sessão de abertura do pregão eletrônico.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90016/2026 – SEI 26.0.000000462-5

Processo nº [XXXXXX]

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [XXX/aaaa]

[MODALIDADE DE LICITAÇÃO] Nº [XXX/aaaa] (Nº PNCP: [XXX/aaaa])

(V2. 28/04/2026)

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR), órgão público estadual independente, inscrita no CNPJ sob o nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representada Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF nº ***.178.388-**, nomeado pelo Decreto Estadual (PR) nº 5.541/2024, publicado no Diário Oficial do Paraná nº 12.549, de 27/01/2026, considerando a homologação do/a [Modalidade de licitação] nº [XXX/aaaa] (Processo nº [XXXXXX]),

RESOLVE registrar os preços dos fornecedores/prestadores indicados e qualificados nesta Ata de Registro de Preços (ARP), de acordo com as classificações e as quantidades homologadas, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021¹, na Resolução DPG nº 375/2023²; e na legislação correlata, mediante as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata de Registro de Preços (ARP) é registrar os preços para a **prestação de serviços contínuos de condução de veículos por motoristas habilitados, com dedicação exclusiva de mão de obra**, para atender às necessidades da DPE-PR, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência, bem como na(s) proposta(s) vencedora(s), os quais integram o procedimento de contratação indicado no preâmbulo desta ARP e aos quais este instrumento está vinculado, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS

¹ Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

² Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.

2.1. Os preços registrados (unitários e totais), as especificações do objeto, as quantidades e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) estão discriminadas na tabela a seguir:

GRUPO 1					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁX. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MÁX. ESTIMADO	VALOR TOTAL MÁX. ESTIMADO
1	Motorista de veículos leves – CNH B – CBO 7823-05	Posto de trabalho/mês	20	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
2	Diárias (hospedagem e alimentação)	Diária	1.500	R\$ 320,00	R\$ 480.000,00
3	Remuneração de hora extraordinária para motorista – percentual máximo estimado de acréscimo: 120% sobre a hora trabalhada	Hora extraordinária	4.000	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
VALOR MÁX. ESTIMADO DO GRUPO:					R\$ [XXX]

Nota 1: Nesta tabela, os Itens 2 e 3 não apresentam valores mensais máximos em razão de sua natureza variável e/ou imprevisível, com custos condicionados a limites legais/normativos vigentes e à efetiva demanda durante a execução contratual.

DADOS DO FORNECEDOR/PRESTADOR
Razão social: [XXXXXX]
CNPJ: [XXXXXX]
Endereço: [XXXXXX]
E-mail: [XXXXXX]
Telefone: [XXXXXX]
Representante: [XXXXXX]

2.2. A listagem do **Cadastro de Reserva** referente ao presente registro de preços consta no Apêndice I ^[3] desta ARP.

3. DA VIGÊNCIA DA ARP E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O prazo de vigência desta ARP é de **1 (um) ano**, contado a partir da data de publicação do respectivo extrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Paraná (DED)⁴, excluído o dia do termo final, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor/prestador, desde que seja formalizada previamente ao término da vigência inicial e que seja comprovado preço mais vantajoso.

3.1.1. No caso de prorrogação do prazo de vigência desta ARP, os itens registrados serão renovados aos seus quantitativos originais.

³ [NÃO houve formação de Cadastro de Reserva para esta ARP.] OU [Excluir esta nota e preencher o Apêndice I]

⁴ Instituído pela Lei Estadual (PR) nº 20.927/2021, o DED é o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos administrativos da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

3.2. A DPE-PR dará publicidade a esta ARP divulgando-a no Portal da Transparência da DPE-PR e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento/prestação do objeto nas condições estabelecidas nesta ARP, mas não obrigará a DPE-PR a contratar, facultada a realização de certame específico para o objeto pretendido, desde que devidamente motivada.

3.4. A contratação com o fornecedor/prestador registrado nesta ARP será formalizada pela DPE-PR por intermédio de instrumento contratual e respectiva nota de empenho.

3.4.1. Os eventuais contratos decorrentes desta ARP terão sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições neles contidas, devendo ser assinados no prazo de validade da ARP e podendo, ainda, se couber, ser alterados conforme a disciplina do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. DO CADASTRO DE RESERVA

4.1. O Cadastro de Reserva a que se refere a Cláusula 2.2 tem por objetivo manter ativa a ARP em caso de impossibilidade de execução do objeto pelo signatário da ARP, no qual serão registrados os fornecedores/prestadores que:

4.1.1. aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos da adjudicatária, observada a classificação da homologação do certame; e

4.1.2. mantiverem sua proposta original.

4.2. Para fins da ordem de classificação do Cadastro de Reserva, os fornecedores/prestadores que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos da adjudicatária antecederão aqueles que mantiverem a sua proposta original.

4.3. Na hipótese de nenhum fornecedor/prestador de que trata a Cláusula 4.1.1 aceitar a contratação nos termos e nas condições estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência, a DPE-PR, observado o valor total estimado atualizado, poderá:

4.3.1. convocar para negociação os demais fornecedores/prestadores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária; ou

4.3.2. adjudicar e firmar o contrato (ou instrumento substitutivo) nas condições ofertadas pelos fornecedores/prestadores remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.4. A habilitação dos fornecedores/prestadores que comporão o Cadastro de Reserva desta ARP somente será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedores/prestadores remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.4.1. quando o fornecedor/prestador vencedor não assinar a ARP no prazo e nas condições estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência; e

4.4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor/prestador ou desta ARP, nas hipóteses previstas na Cláusula 9.

5. DA EXECUÇÃO, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. A execução, a fiscalização e o recebimento do objeto devem observar a disciplina e os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência que regem esta contratação.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento e as demais condições a ele referentes devem observar a disciplina e os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência que regem esta contratação.

7. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA MEDIANTE REAJUSTE DOS CUSTOS DECORRENTES DO MERCADO

7.1. Os preços inicialmente registrados nesta ARP referentes aos custos decorrentes do mercado são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data da apresentação da proposta desta contratação (data-base), compreendendo o período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**.

7.2. Os preços registrados referentes aos custos decorrentes do mercado poderão ser objeto de atualização periódica mediante reajuste por índice, considerando a data-base **[dd/mm/aaaa]**, por iniciativa da DPE-PR ou por meio de requerimento do fornecedor/prestador beneficiário desta ARP, formulado nos termos da Cláusula 7.3, com base na variação acumulada do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** em cada período ou, se for extinto, outro que o substitua, a critério da DPE-PR.

7.2.1. Os valores resultantes de reajuste somente terão aplicação efetiva em relação às obrigações cujo fornecimento ou prestação se inicie e se conclua após a ocorrência da anualidade, observando-se, em qualquer caso, o limite máximo de quatro casas decimais nos cálculos.

7.3. Para fins de análise, pela DPE-PR, acerca da aplicação de reajuste aos custos decorrentes do mercado, o fornecedor/prestador deverá formular requerimento durante a vigência desta ARP e antes de eventual prorrogação, sob pena de **preclusão**, devendo este ser remetido à DPE-PR via e-mail para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS).

7.3.1. Caso, na data de eventual prorrogação desta ARP, ainda não tenha sido possível à DPE-PR proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no Termo Aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores atualizados, sob pena de **preclusão**.

7.3.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela DPE-PR ao fornecedor/prestador, cabendo a este último o ônus de solicitar, se for o caso e especialmente diante da possibilidade de ocorrência de **preclusão**, a referida confirmação à DPE-PR.

7.4. Caso, antes da data de início dos efeitos financeiros do reajuste, já tenha sido concedida negociação dos preços registrados na ARP, ela será considerada no cálculo do reajuste, de modo a evitar acumulação injustificada de valores.

7.5. A DPE-PR decidirá sobre o pedido de reajuste dos custos decorrentes do mercado em até **90 (noventa) dias** contados da data do recebimento do requerimento de que trata a Cláusula 7.3.

7.5.1. Sempre que viável, o reajuste dos custos decorrentes do mercado será concedido de modo concomitante à repactuação dos custos decorrentes de mão de obra, sem prejuízo de quitação de eventuais valores retroativos devidos relativamente ao período da anualidade de referência.

7.5.2. A DPE-PR, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente os preços registrados nesta ARP até a decisão final do processo de atualização periódica mediante reajuste.

7.6. A primeira atualização periódica mediante reajuste dos custos decorrentes do mercado terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte à data em que findar o período de que trata a Cláusula 7.1, qual seja, **[dd/mm/aaaa]**.

7.7. Para eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, a DPE-PR observará o interregno mínimo de **1 (um) ano**, contado da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste aplicado, independentemente da data apostilada.

7.8. Os valores referentes à **indenização de diárias** (item 2 da Tabela constante na Cláusula 2.1) são aqueles fixados por normativa interna da DPE-PR, estabelecidos pela Resolução DPG nº

358/2025, ou outra que venha a substituí-la, ficando integralmente afastadas as diretrizes de reajuste anteriormente previstas na Cláusula 7.I deste Contrato.

7.8.1. O reajuste das diárias será realizado de ofício, exclusivamente por meio de alteração normativa da DPE-PR, aplicando-se automaticamente os novos valores a partir do início de sua vigência, mediante apostilamento.

7.9. A atualização periódica mediante reajuste não se aplica automaticamente aos contratos já firmados com base nos preços registrados nesta ARP.

7.II. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA MEDIANTE REPACTUAÇÃO DOS CUSTOS DECORRENTES DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

7.9. Os preços inicialmente registrados nesta ARP referentes aos custos decorrentes de mão de obra em regime de dedicação exclusiva são fixos e irredutíveis pelo prazo de **1 (um) ano**, contado da data de início dos efeitos financeiros do instrumento coletivo (acordo, convenção ou sentença normativa transitada em julgado) ao qual a proposta estiver vinculada (data-base), compreendendo o período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**.

7.9.1. Quando o objeto da contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão de obra desta contratação.

7.10. Os preços registrados referentes aos custos decorrentes de mão de obra poderão ser objeto de atualização periódica mediante repactuação, desde que formulado requerimento do fornecedor/prestador beneficiário desta ARP, nos termos da Cláusula 7.11, e mediante demonstração analítica da alteração dos custos por meio de planilha de custos e formação de preços.

7.10.1. Os valores resultantes de repactuação dos custos decorrentes de mão de obra somente terão aplicação efetiva em relação às obrigações cuja execução se inicie e se conclua após a ocorrência da anualidade, observando-se, em qualquer caso, o limite máximo de quatro casas decimais nos cálculos.

7.11. Para fins de análise, pela DPE-PR, acerca do cabimento da repactuação, o fornecedor/prestador deverá encaminhar requerimento devidamente instruído com o novo instrumento coletivo de trabalho que fundamenta a repactuação, bem como com a demonstração analítica da alteração dos custos por meio de planilha de custos e formação de preços.

7.11.1. O requerimento de que trata esta Cláusula deve ser formulado pelo fornecedor/prestador durante a vigência desta ARP e antes de eventual prorrogação, sob pena de **preclusão**, devendo ser remetido à DPE-PR via e-mail para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS).

7.11.2. Caso, na data de eventual prorrogação desta ARP, ainda não tenha sido homologado o novo instrumento coletivo de trabalho da categoria, ou ainda não tenha sido possível à DPE-PR ou ao fornecedor/prestador proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no Termo Aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores atualizados, sob pena de **preclusão**.

7.11.3. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela DPE-PR ao o fornecedor/prestador, cabendo a este último o ônus de solicitar, se for o caso e especialmente diante da possibilidade de ocorrência de **preclusão**, a referida confirmação à DPE-PR.

7.12. Caso, antes da data de início dos efeitos financeiros da repactuação dos custos decorrentes de mão de obra, já tenha sido concedida negociação dos preços registrados na ARP, ela será considerada no cálculo da repactuação, de modo a evitar acumulação injustificada de valores.

7.13. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei e/ou instrumento coletivo de trabalho aplicável.

7.14. A DPE-PR decidirá sobre o pedido de repactuação dos custos decorrentes de mão de obra em até **90 (noventa) dias** contados da data do recebimento do requerimento de que trata a Cláusula 7.11, devidamente instruído com a documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.14.1. Se constatada a necessidade de complementação, pela DPE-PR, da documentação que instrui a solicitação de repactuação, o prazo previsto na Cláusula 7.14 ficará interrompido até o recebimento dos documentos solicitados.

7.14.2. A DPE-PR, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente os preços registrados nesta ARP até a decisão final do processo de atualização periódica mediante repactuação.

7.15. A primeira atualização periódica mediante repactuação terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte à data em que findar o período de anualidade de que trata a Cláusula 7.9, qual seja,

[dd/mm/aaaa], salvo se expressamente prevista data diversa no instrumento coletivo de trabalho que embasa a repactuação.

7.16. Para eventuais repactuações subsequentes à primeira, a DPE-PR observará o interregno mínimo de **1 (um) ano**, contado da data em que se iniciaram os efeitos financeiros da última repactuação, independentemente da data apostilada.

7.17. Os efeitos financeiros da repactuação dos custos de mão de obra, vinculados a instrumento coletivo de trabalho, retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, bem como ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. A atualização periódica mediante repactuação não se aplica automaticamente aos contratos já firmados com base nos preços registrados nesta ARP.

8. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados, a pedido do fornecedor/prestador, ou por iniciativa da DPE-PR, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve os preços, nas seguintes situações:

8.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inc. II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

8.2. O fornecedor/prestador interessado deve requerer a alteração de preços registrados mediante ofício devidamente instruído, contemplando fundamentação e justificativas pertinentes e a documentação necessária, o qual deve ser enviado à Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

8.2.1. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela DPE-PR ao fornecedor/prestador,

cabendo a este o ônus de solicitar, se for o caso e especialmente diante da possibilidade de ocorrência de preclusão, a referida confirmação à DPE-PR.

8.3. O prazo para a resposta da DPE-PR aos requerimentos de alteração dos preços registrados, desde que devidamente instruídos pelo fornecedor/prestador beneficiário desta ARP, é de até **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do pedido.

8.3.1. Em qualquer momento, se constatada a necessidade de que o fornecedor/prestador solicitante complemente a documentação que instrui o pedido, o prazo previsto na Cláusula 8.3 ficará interrompido até o recebimento dos documentos solicitados.

8.4. A DPE-PR, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente os preços registrados nesta ARP até a decisão final do processo de alteração dos preços inicialmente registrados.

8.5. A alteração de preços de que trata esta Cláusula não se aplica automaticamente aos contratos já firmados com base nos preços registrados nesta ARP.

8.II. NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.6. Quando o **preço praticado no mercado se tornar inferior ao preço registrado** por motivo superveniente, a DPE-PR convocará o fornecedor/prestador para negociar a redução do preço registrado, a fim de torná-lo compatível com os valores praticados pelo mercado.

8.6.1. Se o fornecedor/prestador não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, ele será liberado dos compromissos assumidos quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.6.2. Na hipótese prevista na Cláusula 8.6.1, a DPE-PR poderá convocar os fornecedores/prestadores do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

8.6.3. Não havendo êxito nas negociações de que trata a Cláusula 8.6.2, a DPE-PR deverá diligenciar o cancelamento desta ARP.

8.7. Quando o **preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado**, é facultado ao fornecedor/prestador solicitar, previamente a pedido de fornecimento, a majoração do preço registrado, mediante requerimento, nos termos das Cláusulas 8.2 e 8.2.1, que, no mínimo, demonstre:

8.7.1. o fato superveniente que rompeu o equilíbrio econômico-financeiro inicial dos preços registrados;

8.7.2. a modificação substancial nas condições registradas, de modo que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor/prestador beneficiário desta ARP e os da DPE-PR;

8.7.3. a desatualização dos preços registrados por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que evidencie que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de que trata a Cláusula 8.7, **se não houver comprovação** efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela DPE-PR, e o fornecedor/prestador permanecerá vinculado ao valor registrado nesta ARP, sob pena de cancelamento de seu registro, nos termos da Cláusula 9.1, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação e no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência.

8.8.1. Na hipótese de cancelamento do registro de preços em razão do previsto na Cláusula 8.8, a DPE-PR poderá convocar os demais fornecedores/prestadores integrantes do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado no referido cadastro desta ARP.

8.8.2. Se não houver Cadastro de Reserva, a DPE-PR poderá convocar os fornecedores/prestadores remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ARP no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado da contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do Instrumento Convocatório e/ou do Termo de Referência.

8.8.3. Não havendo êxito nas negociações de que tratam as Cláusulas 8.8.1 e 8.8.2, a DPE-PR deverá diligenciar o cancelamento desta ARP.

8.9. Na hipótese de que trata a Cláusula 8.7, **se comprovada** a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ARP, a DPE-PR efetuará a majoração do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

8.9.1. Se o fornecedor/prestador não aceitar os valores finais após a atualização pela DPE-PR, será liberado dos compromissos assumidos quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.9.2. Na hipótese prevista na Cláusula 8.9.1, a DPE-PR poderá convocar os fornecedores/prestadores do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço atualizado.

8.9.3. Se não houver Cadastro de Reserva, a DPE-PR poderá convocar os fornecedores/prestadores remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ARP no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado da contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do Instrumento Convocatório e/ou do Termo de Referência.

8.9.4. Não havendo êxito nas negociações de que tratam as Cláusulas 8.9.2 e 8.9.3, a DPE-PR deverá diligenciar o cancelamento desta ARP.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR/PRESTADOR E DA ARP

9.1. O **registro do fornecedor/prestador** beneficiário desta ARP poderá ser cancelado pela DPE-PR quando o fornecedor/prestador:

- 9.1.1. descumprir as condições desta ARP sem justificativa aceitável;
- 9.1.2. não assinar o contrato decorrente desta ARP ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela DPE-PR sem justificativa razoável;
- 9.1.3. não aceitar manter seu preço registrado na hipótese prevista na Cláusula 8.8; ou
- 9.1.4. sofrer sanção em que seja declarada sua inidoneidade.

9.2. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor/prestador de que trata a Cláusula 9.1, a DPE-PR poderá convocar os licitantes que compõem o Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação.

9.3. Esta **ARP** poderá ser cancelada, total ou parcialmente, pela DPE-PR, nas seguintes hipóteses e desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.3.1. por razões de interesse público;
- 9.3.2. a pedido do fornecedor/prestador, por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.3.3. se não houver êxito nas negociações de que tratam as Cláusulas 8.6.3, 8.8.3 e 8.9.4.

9.4. No cancelamento, por iniciativa da DPE-PR, tanto do registro do preço do fornecedor/prestador quanto desta ARP, total ou parcialmente, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, com prazo de **5 (cinco) dias úteis** para apresentação de defesa, contados da notificação pessoal ou da publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Paraná (DED).

9.5. A DPE-PR, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente os preços registrados nesta ARP até a decisão final do processo de cancelamento do registro do fornecedor ou da ARP.

9.6. A decisão de cancelamento do registro do preço do fornecedor/prestador ou desta ARP, total ou parcialmente, será registrada no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e seu resumo será publicado no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Paraná (DED).

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações assumidas por ocasião do procedimento desta contratação ensejará a aplicação, garantido previamente o contraditório e ampla defesa ao fornecedor/prestador, das sanções previstas no Termo de Referência e no art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentados no âmbito da DPE-PR por meio da Deliberação CSDP nº 043/2023⁵.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. Aplicam-se à presente avença, especialmente aos casos omissos, as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar Federal nº 123/2006, na Resolução DPG nº 375/2023, na Deliberação CSDP nº 043/2023 e, subsidiariamente, no Decreto Federal nº 11.462/2023.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

12.1. O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de executar o objeto desta ARP até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da ARP, em conformidade com o Instrumento Convocatório e/ou o Termo de Referência que rege o processo desta contratação.

12.2. Para dirimir questões oriundas da presente ARP fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

⁵ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.



Curitiba, data da assinatura digital⁶.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO
PARANÁ

**[NOME DO REPRESENTANTE DO
FORNECEDOR/PRESTADOR]**

**[RAZÃO SOCIAL DO
FORNECEDOR/PRESTADOR]**

TESTEMUNHAS⁷

⁶ A data da assinatura corresponde à data em que a DPE-PR realizou a assinatura digital.

⁷ Vide assinaturas digitais deste documento.

APÊNDICE I
CADASTRO RESERVA

1. Observando-se a ordem de classificação, a seguir consta a relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais aos da adjudicatária:

CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR/PRESTADOR	CNPJ
[X]	[RAZÃO SOCIAL OU ---]	[XXX OU ---]
[X]	[RAZÃO SOCIAL OU ---]	[XXX OU ---]

2. Observando-se a ordem de classificação, a seguir consta a relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR/PRESTADOR	CNPJ
[X]	[RAZÃO SOCIAL OU ---]	[XXX OU ---]
[X]	[RAZÃO SOCIAL OU ---]	[XXX OU ---]

Processo nº XXXXXX

ANEXO IV

CONTRATO Nº XXX/aaaa

(V2. 28/04/2025)

Termo de Contrato que celebram entre si a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e [o/a RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA] para prestação de serviços de motorista.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR), órgão público estadual independente, CNPJ nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1.908, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP 80.530-010, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF nº ***.178.388-**, nomeado pelo Decreto Estadual (PR) nº 12.549/2026, publicado no Diário Oficial do Paraná de 27/01/2026, e

[O/A] [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], CNPJ nº XXXXXX, sediada na [Rua/Avenida XXXXXX], nº XXX, bairro [XXXXXX], [Cidade]-[UF], CEP XXXXXX, e-mail: [xxx@xxx] doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por [NOME COMPLETO], CPF nº ***.XXX.XXX-**, conforme [ato constitutivo da empresa OU procuração apresentada nos autos],

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente [da homologação do/a [Modalidade de Licitação] nº XXX/aaaa OU do acionamento da ARP nº XXX/aaaa (PE OU DL nº XXX/aaaa)] (Processo nº XXXXXX), em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021¹ e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e as condições adiante expostas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

1.1. Este Termo de Contrato está vinculado, **independentemente de transcrição**, ao Instrumento Convocatório e ao Termo de Referência/Projeto Básico, inclusive seus eventuais anexos, bem como à Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, os quais integram o procedimento de contratação indicado no preâmbulo deste instrumento contratual.

¹ Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **prestação de serviços contínuos de condução de veículos por motoristas habilitados, com dedicação exclusiva de mão de obra**, para atender às necessidades da DPE-PR, conforme discriminado na tabela a seguir:

GRUPO 1						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁX. ESTIMADO	VALOR MENSAL MÁX. ESTIMADO	VALOR MÁX. ESTIMADO (12 MESES)
1	Motorista de veículos leves – CNH B – CBO 7823-05	Posto de trabalho/mês	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA ^[1]	VALOR UNITÁRIO MÁX. ESTIMADO	VALOR MENSAL MÁX. ESTIMADO	VALOR MÁX. ESTIMADO (12 MESES)
2	Diárias (hospedagem e alimentação)	Diária	[XX]	R\$ 320,00	x	R\$ [XXX]
3	Remuneração de hora extraordinária para motorista – percentual máximo estimado de acréscimo: 120% sobre a hora trabalhada	Hora extraordinária	[XX]	R\$ [XXX]	x	R\$ [XXX]
VALOR MÁX. ESTIMADO DO GRUPO:						R\$ [XXX]

Nota 1: Nesta tabela, os Itens 2 e 3 não apresentam valores mensais máximos em razão de sua natureza variável e/ou imprevisível, com custos condicionados a limites legais/normativos vigentes e à efetiva demanda durante a execução contratual.

2.2. A CONTRATADA deverá observar todos os requisitos, as especificações técnicas e as condições estabelecidas no presente instrumento e nos demais documentos a ele vinculados, especialmente no Termo de Referência desta contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência desta contratação é de **12 (doze) meses**, excluído o dia do termo final, contados da data de publicação do extrato deste Termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DED)², prorrogável na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A prorrogação de que trata a Cláusula 3.1 é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. O regime de execução do objeto contratual será de **empreitada por preço unitário**.

² Instituído pela Lei Estadual (PR) nº 20.927/2021, o DED é o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos administrativos da Defensoria Pública do Estado do Paraná.



4.2. A execução contratual **terá início a partir do 31º dia** após a publicação do extrato deste Termo de Contrato ou em prazo superior, conforme art. 65 da Resolução DPG nº 375/2023, sob estrita necessidade da Defensoria Pública.

4.3. Os prazos e as diretrizes aplicáveis à execução contratual estão previstos no Termo de Referência, devendo ser observados pelas Partes, sem prejuízo do cumprimento das disposições deste Contrato e dos demais documentos a ele vinculados.

4.4. A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal suficiente para assegurar a execução ininterrupta dos serviços contratados, independentemente dos afastamentos dos profissionais originalmente alocados, inclusive nos casos em que a CONTRATANTE considerar inapropriada a conduta de qualquer profissional, bem como em razão de férias, descanso semanal, licenças, demissões ou quaisquer outras ausências.

4.4.1. Nos casos de afastamentos, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição do profissional, observados os prazos estabelecidos no Termo de Referência vinculado a esta contratação.

4.4.2. Nos casos de greve de transporte público ou de qualquer outra situação imprevisível que impeça o deslocamento dos profissionais ao local de execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar as providências necessárias para viabilizar o comparecimento dos profissionais, prestando-lhes o devido suporte logístico e comunicando imediatamente à CONTRATANTE a ocorrência e a solução adotada.

4.4.3. Os profissionais substitutos deverão atender aos mesmos requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência, compatíveis com a respectiva função ou atividade.

4.5. A execução do objeto deste Termo de Contrato não implica, em qualquer hipótese, a formação de vínculo empregatício entre os empregados, prepostos ou subcontratados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, sendo expressamente vedada qualquer relação que possa caracterizar pessoalidade, habitualidade, subordinação ou dependência direta com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



6.1. A gestão e a fiscalização deste Contrato serão exercidas pela CONTRATANTE, que realizará o controle e a avaliação dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, conforme as disposições deste Termo, incluindo seu Anexo I (Instrumento de Medição de Resultados), e dos demais documentos vinculados a esta contratação, observando-se, ainda, o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023³ e em seu Anexo XII.

6.2. Os responsáveis pela gestão e fiscalização deste Contrato serão designados por ato administrativo próprio da CONTRATANTE – Gestor[a] titular: [XXXXXX] (CPF nº ***-XXX.XXX-**); Gestor[a] substituto[a]: [XXXXXX] (CPF nº ***-XXX.XXX-**); Fiscal titular: [XXXXXX] (CPF nº ***-XXX.XXX-**); Fiscal substituto[a]: [XXXXXX] (CPF nº ***-XXX.XXX-**).

6.3. A CONTRATADA deverá informar, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data de publicação do extrato deste Termo de Contrato no DED, **preposto** para representá-la (caso não seja a própria CONTRATADA) na execução e na gestão contratuais, contendo, no mínimo, nome completo, CPF, telefone e e-mail.

6.3.1. Em caso de alteração dos dados cadastrais, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE os dados atualizados para fins de registro, sob pena de serem considerados válidos os atos eventualmente praticados com base nas informações anteriormente fornecidas.

6.4. A CONTRATANTE poderá exercer, a qualquer tempo, fiscalização ampla e irrestrita sobre o objeto contratado, sem que isso implique qualquer exoneração, total ou parcial, da responsabilidade da CONTRATADA pelo integral cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Contrato, tampouco caracterizando corresponsabilidade da CONTRATANTE por eventuais vícios, falhas ou omissões da CONTRATADA.

6.5. Para efeitos de fiscalização contratual, a CONTRATANTE observará, além das disposições legais aplicáveis, as obrigações adicionais constantes em instrumento coletivo – acordo, convenção ou sentença normativa transitada em julgado – que rege as relações laborais da CONTRATADA.

6.6. A CONTRATANTE procederá à verificação periódica do número de profissionais terceirizados em efetiva atividade, com o objetivo de aferir sua conformidade com o quantitativo previsto neste instrumento contratual, incluindo eventuais alterações.

³ Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.



6.7. A CONTRATANTE efetuará controle diário do cumprimento da jornada de trabalho pelos profissionais alocados nos Postos de Trabalho.

6.8. A CONTRATANTE fiscalizará o cumprimento, por parte da CONTRATADA, das normas relativas à concessão de férias e licenças aos profissionais alocados nos Postos de Trabalho, bem como a observância da estabilidade provisória e da data-base da categoria prevista no respectivo instrumento coletivo de trabalho aplicável, incluindo a concessão dos reajustes salariais na forma e no prazo ali definidos.

6.9. Na fiscalização mensal, a CONTRATANTE verificará a regularidade da situação da CONTRATADA mediante consulta às certidões pertinentes.

6.9.1. A CONTRATANTE poderá, a seu critério, solicitar os extratos das contas vinculadas ao FGTS, com vias à verificação da regularidade dos recolhimentos previdenciários e fundiário, incumbindo à CONTRATADA o encaminhamento da documentação solicitada.

6.10. Nas fiscalizações diárias, as ordens e orientações relativas à execução de serviços deverão ser repassadas aos profissionais alocados pelo representante da CONTRATADA, de modo a evitar comandos diretos da CONTRATANTE a esses profissionais.

6.10.1. As solicitações feitas pelos profissionais da CONTRATADA deverão ser dirigidas ao representante da própria empresa, que será também o canal exclusivo para recebimento de eventuais reclamações ou cobranças formuladas pela CONTRATANTE sobre os profissionais alocados.

6.11. A CONTRATANTE realizará avaliação constante da execução contratual, com vistas ao monitoramento do nível de qualidade dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, a fim de prevenir sua deterioração e promover, sempre que necessário, a imediata intervenção para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades identificadas.

6.11.1. Verificado comportamento reiterado de desconformidade no fornecimento dos bens e/ou na prestação dos serviços, ou quando a qualidade observada estiver abaixo dos níveis mínimos exigidos, a CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as sanções previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente.

6.11.2. É vedado à CONTRATADA realizar, formalizar ou apresentar avaliação de desempenho e qualidade relativa ao fornecimento dos bens e/ou à execução dos serviços por ela realizados, sendo tal atribuição exclusiva da CONTRATANTE, conforme as disposições deste Termo de Contrato e da legislação vigente.



6.12. A CONTRATANTE promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas, nos termos do Anexo XII da Resolução DPG nº 375/2023.

6.13. Os fiscais da CONTRATANTE poderão emitir notificações formais à CONTRATADA, com requisição de correções, complementações ou esclarecimentos, sendo obrigatória a resposta ou adoção de providências cabíveis no prazo assinalado, sob pena de caracterização de inadimplemento contratual.

6.14. A CONTRATADA deverá franquear aos fiscais e gestores designados o acesso irrestrito aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todos os documentos, relatórios e informações por estes solicitados, necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual.

6.15. A fiscalização e a gestão do contrato exercidas pela CONTRATANTE não eximem a CONTRATADA de suas responsabilidades legais, contratuais, técnicas e operacionais, nem restringem a atuação de órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os prazos e o procedimento de realização dos recebimentos provisório e definitivo do objeto a serem observados pelas Partes constam neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, bem como no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XII.

7.2. O objeto será recebido **provisoriamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data do recebimento da documentação técnica exigida no Termo de Referência e nos demais documentos vinculados a este Contrato.

7.2.1. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem manifestação da CONTRATANTE, e salvo disposição em contrário neste Termo de Contrato ou nos demais documentos a ele vinculados, considerar-se-á definitivamente aceito, para todos os efeitos, o objeto contratual, desde que não haja pendência ou inconformidade registrada formalmente pela CONTRATANTE.

7.3. O objeto será recebido **definitivamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, não podendo esse prazo ser ultrapassado, salvo em situação excepcional expressamente comprovada.



7.3.1. O recebimento definitivo do objeto estará condicionado à comprovação do cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA, sem prejuízo da exigência, para fins exclusivos de pagamento, da apresentação da documentação de cobrança e dos documentos fiscais e cadastrais necessários ao atendimento das obrigações tributárias da CONTRATANTE, nos termos da legislação vigente.

7.4. Verificada, pela CONTRATANTE, inconsistência na execução do objeto, no documento de cobrança e/ou em eventual documentação complementar, o recebimento provisório ou definitivo ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

7.4.1. Caracterizada a hipótese prevista na Cláusula 7.4, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo para recebimento provisório ou definitivo será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

7.5. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, com justificativa técnica expressa, nos limites da discricionariedade administrativa.

7.6. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

7.7. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à execução integral do objeto contratual relacionado a cada nota fiscal ou fatura emitida, sendo vedado o recebimento fracionado de parcelas correspondentes ao mesmo documento de cobrança, salvo autorização expressa da CONTRATANTE, devidamente justificada, quando a natureza do objeto ou do regime de execução assim o permitir.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. O **valor máximo estimado** do presente Termo de Contrato é de **R\$ XXX ([por extenso])**.

8.2. Nos valores indicados na Cláusula 8.1 estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origens federal, estadual e municipal, assim como custos referentes à responsabilidade



compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com quaisquer custos adicionais.

8.3. Os valores expressos na Cláusula 8.1 têm caráter estimativo para todo o período de vigência deste Termo de Contrato, sendo os pagamentos devidos à CONTRATADA calculados com base nas quantidades efetivamente demandadas pela CONTRATANTE, executadas pela CONTRATADA e atestadas em termo de recebimento definitivo, o que constituirá a base para a aferição e liquidação das obrigações financeiras da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Para as despesas decorrentes deste Contrato, indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte Dotação Orçamentária: [XXXXXX], Detalhamento: [XXXXXX].

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, o pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA em até **30 (trinta) dias** contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

10.1.1. A liberação do pagamento à CONTRATADA fica condicionada ao recebimento definitivo do objeto e à apresentação da documentação de cobrança, acompanhada dos documentos fiscais e cadastrais necessários ao cumprimento das obrigações tributárias da CONTRATANTE, nos termos da legislação aplicável.

10.1.2. A medição dos serviços prestados será **mensal**, devendo a CONTRATADA, portanto, realizar os faturamentos mensais de todas as categorias do objeto discriminando os valores unitários e o valor total referente à integralidade da prestação de serviços executada no mês de referência, indicando, se for o caso, as hipóteses de faturamento proporcional (*pro rata*).

10.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar o faturamento/nota fiscal em face do CNPJ da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: nº 13.950.733/0001-39.

10.1.4. Os pagamentos devidos serão calculados e efetuados com base na aferição realizada por meio do **Instrumento de Medição de Resultados (Anexo I)**, aplicando-se, quando for o caso, os percentuais de descontos correspondentes à pontuação das infrações verificadas.



10.2. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá ensejar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a última data prevista para pagamento e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, desconsiderado o critério *pro rata die*, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

10.4. A CONTRATANTE fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos por lei.

10.4.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da CONTRATANTE serão imputáveis exclusivamente à CONTRATADA quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

10.5. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento dos salários mensais e demais verbas remuneratórias aos profissionais alocados para a execução contratual, impreterivelmente, até a data-limite estabelecida em lei, sob pena de aplicação de multa.

10.5.1. Caso a CONTRATADA não comprove, até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral dos salários dos profissionais terceirizados vinculados a este Contrato, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, proceder à dedução dos valores correspondentes à remuneração líquida não quitada da fatura do mesmo mês e realizar o pagamento diretamente aos trabalhadores prejudicados, assegurada a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidades e aplicação das sanções cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa e observadas as disposições instrumento coletivo aplicável – acordo, convenção ou sentença normativa transitada em julgado.

10.5.2. O disposto na Cláusula 10.5.1 aplica-se igualmente em caso de inadimplemento, pela CONTRATADA, das obrigações relativas ao fornecimento de vale-transporte e vale-alimentação aos profissionais terceirizados vinculados à execução deste Contrato.

10.6. O pagamento, pela CONTRATANTE, de valores relativos a adicionais legais fica condicionado à comprovação, pela CONTRATADA, do integral adimplemento de suas obrigações

trabalhistas e previdenciárias em relação aos profissionais terceirizados, com o objetivo de resguardar a CONTRATANTE de eventual responsabilização.

10.7. Todos os encargos incidentes sobre a folha de pagamento dos profissionais vinculados à execução contratual são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, excetuando-se a retenção relativa à contribuição previdenciária patronal de **11% (onze por cento)**, quando aplicável por força de lei, cuja execução seguirá as normas vigentes.

10.8. A CONTRATADA deverá repassar à CONTRATANTE eventuais reduções nos preços contratados, decorrentes da alteração, extinção ou redução de alíquotas de tributos ou contribuições incidentes, em virtude de modificações na legislação superveniente durante a vigência contratual.

10.9. Os valores de **diárias de viagem** serão devidos mensalmente pela CONTRATANTE à CONTRATADA, a título de indenização, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos no Termo de Referência desta contratação.

10.9.1. Para fins de apuração das diárias de viagem devidas, a CONTRATADA deverá efetuar o controle mensal das viagens realizadas pelos motoristas designados no mês de referência, devendo ser sanada qualquer inconsistência antes da emissão do documento de cobrança.

10.9.2. Os valores relativos às diárias de viagem serão devidos mediante apresentação de relatório e comprovação da efetiva realização da viagem, devidamente atestadas pela CONTRATANTE, independentemente dos valores efetivamente despendidos, limitando-se aos valores fixados na Tabela constante na Cláusula 2.1, observadas, ainda, as demais disposições aplicáveis desta Cláusula Décima.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

[CENÁRIO 1: todas as modalidades EXCETO seguro-garantia]

11.1. A garantia de execução contratual deverá ser prestada pela CONTRATADA na modalidade **[caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária OU título de capitalização]**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do Contrato, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do **valor inicial** do Contrato.

11.2. A **caução em dinheiro** deverá ser efetuada em conta bancária em favor da CONTRATANTE, com correção monetária.



OU

11.2. Os **títulos da dívida pública** devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

OU

11.2. A **fiança bancária** deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, bem como deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil⁴.

OU

11.2. O **título de capitalização** deverá ser emitido por instituição autorizada a operar no ramo pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), na modalidade instrumento de garantia, mediante pagamento único, de modo a garantir à CONTRATANTE, em caso de resgate, a integralidade do valor.

11.3. A garantia contratual prevista neste Contrato assegurará:

11.3.1. o ressarcimento de prejuízos causados à CONTRATANTE decorrentes do inadimplemento total ou parcial da execução do objeto e do não adimplemento das obrigações previstas neste instrumento, independentemente de culpa ou dolo da CONTRATADA;

11.3.2. o pagamento de multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

11.4. O prazo de vigência da garantia contratual deve ser igual ou superior ao prazo de vigência deste Contrato, acrescido de **90 (noventa) dias**, com vistas a permitir que a CONTRATANTE possa proceder à verificação de que trata a Cláusula 11.9 e, se for o caso, executar a garantia mesmo após a extinção contratual.

11.5. A garantia contratual deverá ser readequada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, sempre que houver alteração do valor do Contrato ou prorrogação contratual, de modo a preservar a proporcionalidade do percentual estabelecido na Cláusula 11.1.

⁴ Lei nº 10.406/2002.



11.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

11.7. O atraso injustificado dos prazos indicados nas Cláusulas 11.1, 11.5 e 11.6 gera, para a CONTRATANTE, o direito de aplicação de multa moratória à CONTRATADA, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso até o limite máximo de 2% (dois por cento).

11.7.1. O atraso de que trata a Cláusula 11.7 superior a **60 (sessenta) dias** implica a imediata rescisão contratual por descumprimento de seus termos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

11.8. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia contratual até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE.

11.9. A garantia contratual será liberada ou restituída após a verificação pela CONTRATANTE de que o Contrato foi integralmente cumprido e desde que não existam pendências, bem como no caso de extinção contratual por culpa exclusiva da CONTRATANTE.

11.10. A garantia de execução contratual é independente de eventual garantia de produto prevista no Termo de Referência.

OU

[CENÁRIO 2: modalidade seguro-garantia]

11.1. A garantia de execução contratual prestada pela CONTRATADA na modalidade **seguro-garantia** corresponde a **5% (cinco por cento)** do **valor inicial** do Contrato.

11.2. A garantia contratual prevista neste Contrato assegurará:

11.2.1. o ressarcimento de prejuízos causados à CONTRATANTE decorrentes do descumprimento total ou parcial da execução do objeto e do não adimplemento das obrigações previstas neste instrumento, independentemente de culpa ou dolo da CONTRATADA;

11.2.2. o pagamento de multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.



11.3. O prazo de vigência da garantia contratual deve ser igual ou superior ao prazo de vigência deste Contrato, acrescido de **90 (noventa) dias**, com vistas a permitir que a CONTRATANTE possa proceder à verificação de que trata a Cláusula 11.9 e, se for o caso, executar a garantia mesmo após a extinção contratual.

11.3.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se a CONTRATADA não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

11.4. A garantia contratual deverá ser readequada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, sempre que houver alteração do valor do Contrato ou prorrogação contratual, de modo a preservar a proporcionalidade do percentual estabelecido na Cláusula 11.1.

11.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

11.6. O atraso injustificado dos prazos indicados nas Cláusulas 11.4 e 11.5 gera, para a CONTRATANTE, o direito de aplicação de multa moratória à CONTRATADA, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso até o limite máximo de 2% (dois por cento).

11.6.1. O atraso de que trata a Cláusula 11.6 superior a **60 (sessenta) dias** implica a imediata rescisão contratual por descumprimento de seus termos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

11.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto na Cláusula 11.8 deste Contrato.

11.8. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia contratual até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE.

11.9. A garantia contratual será liberada ou restituída após a verificação pela CONTRATANTE de que o Contrato foi integralmente cumprido e desde que não existam pendências, bem como no caso de extinção contratual por culpa exclusiva da CONTRATANTE.

11.10. A garantia de execução contratual independe de eventual garantia de produto prevista no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO



12.I. DO REAJUSTE POR ÍNDICE – CUSTOS DECORRENTES DO MERCADO

12.1. Os preços inicialmente contratados referentes aos custos decorrentes do mercado são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data da apresentação da proposta desta contratação (data-base), compreendendo o período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**.

12.2. Os preços contratados referentes aos custos decorrentes do mercado poderão ser objeto de reajuste por índice, considerando a data-base **[dd/mmm.]**, mediante requerimento da CONTRATADA formulado nos termos da Cláusula 12.3, com base na variação acumulada do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** em cada período ou, se for extinto, outro que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

12.2.1. Os valores resultantes de reajuste somente terão aplicação efetiva em relação às obrigações cujo fornecimento ou prestação se inicie e se conclua após a ocorrência da anualidade, observando-se, em qualquer caso, o limite máximo de quatro casas decimais nos cálculos.

12.3. Para fins de análise, pela CONTRATANTE, acerca do cabimento do reajuste dos custos decorrentes do mercado, a CONTRATADA deverá formular requerimento durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão, devendo este ser remetido à CONTRATANTE via e-mail para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

12.3.1. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no Termo Aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponham dos valores atualizados, sob pena de **preclusão**.

12.3.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA, cabendo a esta última o ônus de solicitar, se for o caso e especialmente diante da possibilidade de ocorrência de preclusão, a referida confirmação à CONTRATANTE.

12.4. Caso, antes da data de início dos efeitos financeiros do reajuste, já tenha sido concedida revisão contratual para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será considerada no cálculo do reajuste, de modo a evitar acumulação injustificada de valores.



12.5. A CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de reajuste dos custos decorrentes do mercado em até **90 (noventa) dias** contados da data do recebimento do requerimento de que trata a Cláusula 12.3.

12.5.1. Sempre que viável, o reajuste dos custos decorrentes do mercado será concedido de modo concomitante à repactuação dos custos decorrentes de mão de obra, sem prejuízo de quitação de eventuais valores retroativos devidos relativamente ao período da anualidade de referência.

12.6. O primeiro reajuste dos custos decorrentes do mercado terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de que trata a Cláusula 12.1, qual seja, **[dd/mm/aaaa]**.

12.7. Para eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, a CONTRATANTE observará o interregno mínimo de **1 (um) ano**, contado da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste aplicado, independentemente da data apostilada.

12.8. Os valores referentes à indenização de diárias (item 2 da Tabela constante na Cláusula 2.1) são aqueles fixados por normativa interna da DPE-PR, estabelecidos pela Resolução DPG nº 358/2025, ou outra que venha a substituí-la, ficando integralmente afastadas as diretrizes de reajuste anteriormente previstas na Cláusula 7.I deste Contrato.

12.8.1. O reajuste das diárias será realizado de ofício, exclusivamente por meio de alteração normativa da DPE-PR, aplicando-se automaticamente os novos valores a partir do início de sua vigência, mediante apostilamento.

12.II. DA REPACTUAÇÃO DOS CUSTOS DECORRENTES DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

12.8. Os preços inicialmente contratados referentes aos custos decorrentes de mão de obra em regime de dedicação exclusiva são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **1 (um) ano**, contado da data de início dos efeitos financeiros do instrumento coletivo (acordo, convenção ou sentença normativa transitada em julgado) ao qual a proposta estiver vinculada (data-base), compreendendo o período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**.

12.8.1. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão de obra desta contratação.

12.9. Findo o período previsto na Cláusula 12.8, os preços contratados referentes aos custos decorrentes de mão de obra poderão ser objeto de repactuação, mediante requerimento da CONTRATADA formulado nos termos da Cláusula 12.10, desde que demonstrada analiticamente a alteração dos custos por meio de planilha de custos e formação de preços.

12.9.1. Os valores resultantes de repactuação dos custos decorrentes de mão de obra somente terão aplicação efetiva em relação às obrigações cuja execução se inicie e se conclua após a ocorrência da anualidade, observando-se, em qualquer caso, o limite máximo de quatro casas decimais nos cálculos.

12.10. Para fins de análise, pela CONTRATANTE, acerca do cabimento e de eventual deferimento da repactuação, a CONTRATADA deverá encaminhar requerimento devidamente instruído com o novo instrumento coletivo de trabalho que fundamenta a repactuação, bem como com a demonstração analítica da alteração dos custos por meio de planilha de custos e formação de preços.

12.10.1. O requerimento de que trata a Cláusula 12.10 deve ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de **preclusão**, devendo ser remetido à CONTRATANTE via e-mail para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

12.10.2. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido homologado o novo instrumento coletivo de trabalho da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no Termo Aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores atualizados, sob pena de **preclusão**.

12.10.3. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA, cabendo a esta última o ônus de solicitar, se for o caso e especialmente diante da possibilidade de ocorrência de preclusão, a referida confirmação à CONTRATANTE.

12.11. Caso, antes da data de início dos efeitos financeiros da repactuação dos custos decorrentes de mão de obra, já tenha sido concedida revisão contratual para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será considerada no cálculo da repactuação, de modo a evitar acumulação injustificada de valores.



12.12. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei e/ou instrumento coletivo de trabalho aplicável.

12.13. A CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação dos custos decorrentes de mão de obra em até **90 (noventa) dias** contados da data do recebimento do requerimento de que trata a Cláusula 12.10, devidamente instruído com a documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

12.13.1. Se constatada a necessidade de complementação, pela CONTRATADA, da documentação que instrui a solicitação de repactuação, o prazo previsto na Cláusula 12.13 ficará interrompido até o recebimento dos documentos solicitados.

12.14. A primeira repactuação terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de anualidade de que trata a Cláusula 12.8, qual seja, **[dd/mm/aaaa]**, salvo se expressamente prevista data diversa no instrumento coletivo de trabalho que embasa a repactuação.

12.15. Para eventuais repactuações subsequentes à primeira, a CONTRATANTE observará o interregno mínimo de **1 (um) ano**, contado da data em que se iniciaram os efeitos financeiros da última repactuação, independentemente da data apostilada.

12.16. Os efeitos financeiros da repactuação dos custos de mão de obra, vinculados a instrumento coletivo de trabalho, retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, bem como ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

12.III. DA REVISÃO

12.17. As eventuais revisões contratuais reger-se-ão em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XIII.

12.18. A revisão dos preços originalmente contratados fica condicionada à demonstração inequívoca de desequilíbrio econômico-financeiro superveniente, mediante apresentação de documentação comprobatória idônea, devidamente analisada pelos setores técnico e jurídico competentes, e sujeita à aprovação da autoridade competente, observando-se, ainda:

12.18.1. a existência de reajustes e/ou repactuações anteriormente implementados neste Contrato, com vistas a evitar duplicidade de compensações ou acúmulo indevido de valores;



12.18.2. o limite máximo de quatro casas decimais nos valores resultantes da revisão.

12.19. A revisão contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação, conforme prevê o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

12.19.1. O requerimento de que trata a Cláusula 12.19, devidamente instruído, deverá ser endereçado à Defensoria Pública do Estado do Paraná e encaminhado, via e-mail, à Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

12.19.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após o envio, pela CONTRATANTE, de confirmação de recebimento, cabendo à CONTRATADA solicitar tal confirmação, caso entenda necessário.

12.20. A CONTRATANTE responderá ao requerimento de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, desde que devidamente instruído, em até **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do recebimento, nos termos da Cláusula 12.19.2.

12.20.1. Constatada a necessidade de complementação da documentação que instrui o pedido de revisão contratual, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo previsto na Cláusula 12.20 será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, assumindo como de sua exclusiva responsabilidade os riscos e os encargos decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

13.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor⁵ e das demais disposições constantes no Termo de Referência desta contratação.

13.1.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência da execução contratual, não se eximindo dessa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento da execução contratual realizados pela CONTRATANTE, a qual, desde já, fica autorizada a descontar dos pagamentos devidos, ou

⁵ Lei nº 8.078/1990.



de eventual garantia prestada – quando exigida –, os valores correspondentes aos prejuízos apurados.

13.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto que apresente vícios, defeitos, avarias ou incorreções oriundos da execução contratual ou dos materiais empregados.

13.1.4. Arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos indicados em sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis oriundos de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los quando insuficientes para o atendimento adequado do objeto, exceto nos casos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

13.1.5. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.1.6. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade executada em desacordo com a técnica adequada ou que represente risco à segurança de pessoas ou bens.

13.1.7. Submeter previamente à CONTRATANTE, por escrito, para fins de análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que se afastem das especificações constantes no memorial descritivo ou documento congênere.

13.1.8. Executar o objeto com estrita observância à legislação vigente, cumprindo as determinações dos órgãos públicos competentes e mantendo o local de execução limpo, seguro, higiênico e disciplinado.

13.1.9. Cumprir, além da legislação vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal, as normas de segurança e conduta eventualmente estabelecidas pela CONTRATANTE para suas dependências.

13.1.10. Alocar os profissionais necessários, devidamente qualificados e habilitados, ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios compatíveis, em quantidade, qualidade e tecnologia, com as exigências técnicas, legais e contratuais.

13.1.11. Responsabilizar-se integralmente pelo adimplemento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais, tributárias, fiscais e comerciais previstas em legislação vigente, sendo vedada a transferência de responsabilidade à CONTRATANTE e não

podendo a inadimplência dessas obrigações resultar em qualquer ônus, prejuízo ou acréscimo de custos ao objeto contratual.

13.1.12. Observar a proibição legal de utilização de mão de obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, sendo vedado, ainda, o trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

13.1.13. Cumprir, durante toda a execução contratual, as exigências legais de reserva de cargos destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, em observância ao art. 116 da Lei nº 14.133/2021, bem como as reservas de cargos previstas na Lei Estadual (PR) nº 16.938/2011⁶, na Lei Estadual (PR) nº 18.712/2016⁷ e Lei Estadual (PR) nº 21.926/2024⁸.

13.1.14. Manter o sigilo sobre todas as informações obtidas em razão da execução contratual.

13.1.15. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018⁹ e e aos atos normativos que regulamentam o tema no âmbito de atuação da DPE-PR, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

13.1.16. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições exigidas para habilitação no processo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

13.1.17. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de modo formal e fundamentado, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos pactuados, apresentando a respectiva comprovação documental.

13.1.18. Atender, nas condições e nos prazos fixados, aos requerimentos e às determinações da CONTRATANTE relacionados à adequada gestão contratual, inclusive quanto à instrução de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou de prorrogação contratual.

⁶ Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

⁷ Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.

⁸ Consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense. Em especial, vide: Seção II – Da Reserva de Vagas de Emprego em Empresas Licitantes Junto ao Poder Público Estadual

⁹ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

14.1.1. Exigir o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

14.1.2. Receber o objeto contratual nos prazos e nas condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

14.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quanto à existência de vícios, defeitos incorreções, falhas ou irregularidades na execução do objeto contratual, fixando prazo para substituição, reparo ou correção, total ou parcial, às expensas da CONTRATADA, assegurando-se de que as soluções adotadas sejam tecnicamente adequadas.

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

14.1.5. Efetuar, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, o pagamento correspondente à execução do objeto contratual.

14.1.6. Analisar e decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou desprovidos de interesse para a adequada execução contratual.

14.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis pela inexecução total ou parcial deste Termo de Contrato, conforme previsto na legislação e nas normativas vigentes.

14.1.8. Notificar, quando cabível, os emitentes das garantias sobre a instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.1.9. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018¹⁰ e aos atos normativos que regulamentam o tema no âmbito de atuação da DPE-PR, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

¹⁰ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

14.2. A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, tampouco por eventuais danos causados a terceiros decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA, por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. Quando, em razão da execução contratual, houver tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA – seja porque receba dados da CONTRATANTE, seja porque realiza tratamento em nome desta –, aplicar-se-ão integralmente as obrigações previstas na íntegra desta Cláusula Décima Quinta.

15.2. A CONTRATADA, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que, por sua determinação, participem da execução do objeto deste ajuste, na qualidade de operadora de dados, compromete-se a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiver acesso durante a vigência contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – e demais normas regulatórias aplicáveis, incluindo aquelas emanadas pela Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e os atos normativos internos da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

15.3. É vedada à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência desta execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto deste Contrato, nos termos da LGPD.

15.4. O presente ajuste não modifica ou transfere a propriedade ou o controle sobre os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados durante a execução deste Contrato, que permanecerão sendo de propriedade de seu proprietário originário.

15.5. A CONTRATADA compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução presente Contrato, em consonância com o disposto na LGPD, sendo vedado o compartilhamento das informações com outros órgãos, pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou quando admitida subcontratação.

15.6. A CONTRATADA compromete-se a assegurar que o acesso aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na estrita medida do necessário para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável,

assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

15.7. A CONTRATADA compromete-se a manter registro de todas as operações de tratamento realizadas em decorrência deste Contrato, de acordo com o art. 37 da LGPD.

15.8. A CONTRATADA compromete-se, mediante solicitação da CONTRATANTE, a franquear o acesso a documentos e registros necessários para verificação das obrigações previstas nesta Cláusula Décima Quinta.

15.9. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados, garantindo também, quando cabível, a rastreabilidade de prova eletrônica a qualquer tempo, observando o art. 46 da LGPD e as boas práticas recomendadas pela ANPD.

15.10. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, os requerimentos formulados por titulares, com fulcro no art. 18 e seguintes da LGPD, serão respondidos pela CONTRATANTE, exceto em caso de autorização expressa conferida à CONTRATADA.

15.11. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, a CONTRATADA, ao receber requerimento de um titular, com fulcro no art. 18 e seguintes da LGPD, deve:

15.11.1. notificar, por escrito, a CONTRATANTE no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**;

15.11.2. auxiliar, quando necessário e mediante requerimento da CONTRATANTE, na elaboração da resposta – prestando as informações necessárias para tanto – e na adoção das providências cabíveis.

15.12. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE imediatamente quando tiver notícia de qualquer indício de incidente de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, endereçando e-mail ou processo administrativo próprio.

15.13. A comunicação de eventual indício de incidente de segurança à CONTRATANTE deve ser acompanhada de informações suficientes para investigação, mitigação, reparação dos danos e comunicação à ANPD, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

15.13.1. descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

- 15.13.2. informações conhecidas sobre os titulares eventualmente envolvidos;
- 15.13.3. indicação das medidas de segurança, técnicas e administrativas utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- 15.13.4. avaliação dos riscos relacionados ao incidente;
- 15.13.5. justificativa da eventual demora na comunicação, caso não tenha sido imediata;
- 15.13.6. medidas adotadas ou planejadas para conter, reverter ou mitigar os efeitos do evento e prevenir novas ocorrências.
- 15.14. A comunicação de eventual incidente de segurança à ANPD e aos titulares de dados pessoais será realizada pela CONTRATANTE, enquanto entidade controladora.
- 15.15. A CONTRATADA deverá adotar medidas de investigação, mitigação e reparação dos danos decorrentes de incidentes de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato.
- 15.16. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, por escrito, sobre qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo, mas não se limitando à ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto deste Contrato e deverão cooperar com a CONTRATANTE na adoção das providências cabíveis.
- 15.17. Eventual subcontratação, quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações pela Subcontratada.
- 15.18. Havendo subcontratação, a CONTRATADA celebrará um contrato por escrito com cada Subcontratada para estabelecer obrigações referentes ao tratamento dos dados pessoais que forneçam, ao menos, o mesmo nível de proteção em relação à garantida no presente Contrato, no que couber.
- 15.19. Havendo subcontratação, a eventual Subcontratada exercerá a função de Suboperadora e seus atos e omissões também serão de responsabilidade solidária da CONTRATADA.
- 15.20. É vedada a transferência internacional dos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE e a prévia demonstração do respeito à legislação de proteção de dados ou privacidade do(s) país(es) aplicável(is).

15.21. A CONTRATADA compromete-se a armazenar os dados pessoais compartilhados por força da execução deste Contrato apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e/ou em conformidade com hipóteses legais que autorizam o tratamento.

15.22. Nas hipóteses de extinção contratual, a CONTRATADA se compromete, por qualquer motivo ou por solicitação da CONTRATANTE, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, salvo se houver base legal válida e específica para manutenção de determinadas informações.

15.23. No caso de identificação da necessidade de manutenção de dados pessoais, após o término da finalidade ou a extinção contratual, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito e de modo justificado, a necessidade de manutenção dos dados, indicando:

15.23.1. a base legal que autoriza a manutenção (conforme art. 7º ou art. 11 da LGPD);

15.23.2. a finalidade específica para a qual os dados serão mantidos;

15.23.3. o prazo de retenção.

15.24. Após o término do prazo de retenção dos dados pessoais, a CONTRATADA compromete-se a descartá-los de modo seguro, utilizando métodos que impeçam sua recuperação, tais como destruição física ou sobrescrita de mídias digitais, fornecendo à CONTRATANTE, sempre que solicitado, comprovação da eliminação ou anonimização dos dados pessoais, conforme o caso.

15.25. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos decorrentes do descumprimento da LGPD e outras normas legais ou regulamentares relacionadas ao direito à proteção de dados pessoais.

15.26. A CONTRATADA deverá reembolsar à CONTRATANTE os custos incorridos pela CONTRATANTE para resposta, minimização ou reparação de eventuais incidentes de segurança que tenham como causa a violação das obrigações decorrentes deste Contrato ou da LGPD.

15.27. Ressalvadas as informações classificadas como sigilosas, as Partes comprometem-se a garantir transparência sobre a realização do tratamento de dados pessoais compartilhados por força deste ajuste, devendo dar publicidade ao Contrato em sítio eletrônico e no Portal de Transparência, nos termos da Lei nº 12.527/2011¹¹.

¹¹ Lei de Acesso à Informação (LAI).

15.28. CONTRATANTE e CONTRATADA comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra Parte no cumprimento de suas obrigações de acordo com a LGPD.

15.29. Caso a execução deste Contrato não envolva coleta e tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA além daqueles estritamente necessários à formalização e emissão de documentos essenciais à contratação, as obrigações específicas previstas nesta Cláusula Décima Quinta serão aplicadas naquilo que couber, devendo a CONTRATADA restringir-se aos dados indispensáveis e assegurar integral conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. As eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas da Lei nº 14.133/2021, da Resolução DPG nº 375/2023 e de seu Anexo XIII.

16.2. O objeto da contratação poderá ser alterado pela CONTRATANTE, independentemente de anuência da CONTRATADA, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato.

16.2.1. As eventuais supressões que ultrapassarem o limite referido na Cláusula 16.2 poderão ser celebradas mediante acordo entre as Partes contraentes.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples termo de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 76 da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A CONTRATADA que incorrer em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeita-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, na Deliberação CSDP nº 043/2023¹², bem como

¹² Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.



nas disposições deste Termo de Contrato e dos demais documentos a ele vinculados, sem prejuízo das consequências em outras esferas legais.

17.2. A sanção de **advertência** será aplicada quando configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 18¹³ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.3. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e desde que configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 19¹⁴ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.4. Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar, caberá, a depender da gravidade, a aplicação de sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do § 1º do art. 19¹⁵ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.5. A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas nos arts. 18 e 19 da Deliberação CSDP nº 043/2023, e não poderá ser inferior a **0,5% (meio por cento)** nem superior a **30% (vinte por cento)** do valor total do Contrato ou ata de registro de preços.

17.6. O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA à **multa moratória** calculada sobre o valor global do Contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

17.6.1. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a CONTRATANTE poderá converter a multa de mora em multa compensatória e promover a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

¹³ “Art. 18. [...] I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; III – em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação”

¹⁴ “Art. 19. [...] I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; II - der causa à inexecução total do contrato; III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; X - afastar ou tentar afastar outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; XIII - recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.”

¹⁵ “Art. 19. [...] §1º Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar caberá, a depender da gravidade, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.”



17.7. As multas compensatória e moratória podem ser aplicadas à CONTRATADA de maneira isolada ou cumulativa com outras sanções previstas na legislação vigente, independentemente do número de infrações cometidas.

17.8. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da CONTRATADA de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

17.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.10. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais sistemas competentes de registro de sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O Contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as Partes contraentes.

18.2. O Contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

18.2.1. Na ocorrência da hipótese descrita na Cláusula 18.2, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da referida data.

18.2.2. Caso a notificação da não continuidade do Contrato se efetive com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



18.3. O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, se configurada uma ou mais situações previstas no art. 137¹⁶ da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.3.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir a capacidade da CONTRATADA de concluir o Contrato.

18.3.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado Termo Aditivo para alteração subjetiva.

18.4. A extinção do Contrato poderá ser:

18.4.1. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

18.4.2. consensual, por acordo entre as Partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da CONTRATANTE;

18.4.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.5. A extinção do Contrato determinada por ato unilateral da CONTRATANTE poderá acarretar, sem prejuízo das sanções legais e contratuais, as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

18.6. O Termo de Extinção, sempre que possível, será precedido de:

18.6.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.6.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.6.3. indenizações e multas.

¹⁶ “Art. 137. [...] I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos; II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior; III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto; VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.”

18.7. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de Termo Indenizatório.

18.8. O Contrato poderá ser extinto se constatado que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratual, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS COMUNICAÇÕES

19.1. Qualquer comunicação entre as Partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em Direito, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário.

19.2. As solicitações previstas neste instrumento contratual deverão ser direcionadas para o e-mail: fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios).

19.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral mediante remessa pelos Correios para o endereço da CONTRATANTE, indicado na primeira lauda deste instrumento contratual, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazos, a data do recebimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

20.1. Aplicam-se ao presente instrumento contratual, sobretudo aos casos omissos, as disposições da Lei nº 14.133/2021; da Resolução DPG nº 375/2023 e anexos; da Deliberação CSDP nº 043/2023¹⁷; da Lei Complementar nº 123/2006¹⁸; da Lei nº 13.709/2018¹⁹; da Deliberação CSDP nº 021/2022²⁰; da Resolução nº 607/2025²¹; da Lei nº 8.078/1990²², bem como das demais

¹⁷ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

¹⁸ Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

¹⁹ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

²⁰ Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

²¹ Institui a Política de Privacidade e Proteção de Dados da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

²² Código de Defesa do Consumidor.



normas vigentes pertinentes ao objeto desta contratação e, subsidiariamente, das normas e dos princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DED); e no Portal da Transparência no sítio oficial da DPE-PR, nos termos do disposto nos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 63, § 4º, da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam este Termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura²³.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO
PARANÁ

**[NOME DO REPRESENTANTE DA
CONTRATADA]**
[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

TESTEMUNHAS²⁴

²³ A data da assinatura corresponde à data em que a CONTRATANTE realizou a assinatura digital.

²⁴ Vide assinaturas digitais.

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. O acompanhamento da execução contratual será realizado por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme a avaliação de desempenho estabelecida na Tabela 1, a seguir.

TABELA 1 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

ITEM	CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregados sem os itens de vestuário adequados (sujos, manchados, rasgados, sem crachá, entre outros) ou não renovados, conforme a periodicidade estabelecida no Item 2.20.16 e ss do TR.	1	Por empregado ou por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação/habilitação para a execução dos serviços.	1	Por empregado ou por dia
3	Retirar das dependências da DPE/PR quaisquer equipamentos ou materiais, sem autorização prévia do responsável.	2	Por item e por ocorrência
4	Não disponibilizar equipe suficiente para execução das atividades regulares e eventuais, gerando atrasos ou impacto na operação logística	3	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais sem prévia comunicação e concordância da fiscalização.	5	Por dia de atraso
6	Registrar o horário de saída em desacordo com o término real da atividade ou fraudar o sistema de controle de ponto (eletrônico ou manual).	6	Por ocorrência e por empregado
7	Utilizar o veículo para deslocamentos não previstos ou para fins de interesse pessoal do colaborador.	6	Por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
ITEM	CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
8	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
9	Informar a fiscalização sobre ocorrências que impactem a execução do contrato	1	Por ocorrência
10	Manter a documentação do motorista atualizada para cumprimento das obrigações contratuais.	1	Por item e por ocorrência
11	Entregar os esclarecimentos formais solicitados para sanar inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida, em até 1 (um) dia útil.	1	Por ocorrência e por dia
12	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
13	Recolher o veículo à garagem autorizada ao término da jornada ou mantê-lo sob posse particular sem autorização expressa e por escrito da Administração.	4	Por ocorrência

14	Disponibilizar dados de rastreamento de viagem ou geolocalização do ponto eletrônico sem outro meio que o comprove, caso haja indisponibilidade do sistema..	4	Por dia
15	Disponibilizar dados e relatórios para a fiscalização do ponto eletrônico quando solicitado pela DPE/PR em até 1(um) dia útil, sem justificativa.	5	Por empregado e Por dia
16	Atender no prazo de 1 (um) dia útil, por meio do preposto, às solicitações da fiscalização relativas à ajustes operacionais, relatórios e demais solicitações da DPE/PR, sem caráter emergencial.	4	Por ocorrência
17	Efetuar o depósito dos valores das diárias com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início do deslocamento a fim de garantir que os funcionários possuam os recursos para custeio de alimentação e hospedagem.	3	Por ocorrência
18	Efetuar o pagamento de diárias em até 2 (duas) horas antes do início da viagem, em casos de emergências e em caráter excepcional justificados pela DPE/PR. Para os motoristas do tipo "Representação", o pagamento deverá observar prazo compatível com a convocação, devendo ser realizado dentro do limite de até 2 (duas) horas antes do início da viagem.	3	Por ocorrência
19	Providenciar a substituição de motoristas ausentes em até 2 (duas) horas.	4	Por ocorrência
20	Efetuar os pagamentos dos empregados (salários, vale-transporte e/ou benefícios) até o 5º dia útil.	5	Por ocorrência e por dia
21	Apresentar ou não manter preposto em até 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação do extrato do Termo de Contrato no DED.	6	Por dia
22	Providenciar a substituição de motorista ausente, afastado ou indisponível, comprometendo a continuidade da prestação dos serviços.	6	Por dia

2. Pelo descumprimento dos critérios estabelecidos na Tabela 1, a CONTRATANTE aplicará descontos sobre os valores devidos pela execução do objeto, com base na seguinte metodologia:

(i) as ocorrências registradas no mês de competência serão avaliadas quanto aos critérios de desempenho, pontuação e frequência; e (ii) o percentual de desconto será aplicado sobre o pagamento correspondente, considerando o total de pontos atribuídos às ocorrências, conforme disposto na Tabela 2, a seguir.

TABELA 2 – FAIXAS DE PONTUAÇÃO E PERCENTUAIS DE DESCONTOS

PONTOS ACUMULADOS	% DE DESCONTO DO VALOR MENSAL
Até 5 pontos	Notificação
De 6 a 10 pontos	1%
De 11 a 20 pontos	5%
De 21 a 30 pontos	10%
De 31 a 40 pontos	15%



De 41 a 50 pontos	20%
Acima de 50 pontos	30%

MINUTA